

Anexos

I – Transcrição das Entrevistas

Entrevistado: Marco Nobre

Função: Direção Geral, Diretor Pedagógico, Coordenador Centro de Recursos da Área Inclusão do Centro de Educação Especial “O Ninho”

Local/data: Centro de Educação Especial “O Ninho” - 03/06/2016 - 10h

Entrevistadora: A primeira coisa que gostaria de saber é quais as responsabilidades do Marco na instituição, como expliquei ao Professor Barreiros a entrevista tem que ser feita alguém que tenha responsabilidades diretivas ou coordenadoras.

Marco Nobre: Eu tenho três responsabilidades, a direção geral, sou diretor pedagógico ainda da componente sócio educativa que são valências dentro das instituições já muito diminutas e sou coordenador do centro de recursos da área inclusão. O centro de recursos da área inclusão é a estrutura que dá apoio à área das necessidades educativas, as terapias, apoiamos 3 agrupamentos, os 2 aqui de Rio Maior e mais o de Alcanede e para o próximo ano já temos plano de ação para a escola secundária de Rio Maior.

Entrevistadora: Pois é natural, começa a existir essa necessidade.

Marco Nobre: Sim, mas eles ainda têm muito poucos alunos, só estão identificados 6 para apoio mas eles para o ano vão receber mais, agora com o aumento da escolaridade obrigatória. Além disso sou terapeuta ocupacional de profissão.

Entrevistadora: Há quantos anos é que está nesta função?

Marco Nobre: Entrei para o “Ninho” há 13 anos, portanto há 13 que sou terapeuta ocupacional, há 12 que sou diretor pedagógico, coordenador do centro de recursos desde 2008 que foi quando eles abriram, coordenador geral há 2 anos.

Entrevistadora: E o “Ninho”? Bem o “Ninho” é a instituição em que a temática da inclusão faz imenso sentido, por exemplo a escola superior de desporto já terá desafios completamente diferentes.

Marco Nobre: Sim, não se deparam com a necessidade propriamente dita, por exemplo, na escola de desporto o que acontece é a preparação dos alunos na formação que têm muitas vezes articulam connosco de forma a capacitar os alunos para esta problemática, para intervir com esta população.

Entrevistadora: Será que têm lá diferentes necessidades de aprendizagem, dislexias? Eles podem achar que não têm porque não sabem ou porque não... São tudo questões que eu gostaria de lá chegar. Mas continuando, “Ninho”, uma pequena introdução, público-alvo, objetivos gerais, perspetivas perante a inclusão.

Marco Nobre: Bem o “Ninho” é uma instituição que já funciona desde 1970, o trabalho tem sido sempre com esta população, com as necessidades educativas especiais, inicialmente com público mais jovem, estava constituída como escola de ensino especial e ao longo do tempo foi desenvolvendo outro tipo de respostas, neste momento desenvolve respostas quer na área educativa, quer no apoio social a pessoas com deficiência em regime de internato, funcionamos ainda como valência sócio educativa, temos centro de atividades ocupacionais e neste momento em termos de respostas a esta população o que está em falta é a formação profissional. É uma resposta que em Rio Maior não há, isto também tem uma razão, é que estamos geograficamente muito perto de Caldas da Rainha e relativamente perto de Santarém e tanto um concelho como o outro conseguem dar uma resposta a este nível. Ou seja os casos que nós vamos tendo aqui em Rio Maior encaminhámos para Santarém ou Caldas. Para além disso por vezes há alguns casos que se conseguem inserir ou nos cursos vocacionais nas escolas, ou até mesmo na escola profissional.

Entrevistadora: Portanto a ideia é que depois, naturalmente, estes jovens, estes adultos fiquem o mais independentes possível na sua vida profissional, vida adulta.

Marco Nobre: Sim, uma das nossas respostas no centro de atividades ocupacionais também é de fim de linha, ou seja quando se esgotaram todas as outras, quando não há a possibilidade de integração na comunidade através do trabalho, do emprego. O lar residencial só temos há 2 anos, é relativamente recente, a capacidade é 24, está esgotado, e tem lista de espera Além das respostas dentro da instituição temos o centro de recursos área inclusão, através do centro de recursos apoiamos 210 crianças, a equipa é constituída por 9 técnicos.

Entrevistadora: Estas questões da inclusão estão de tal forma envolvidas no trabalho das pessoas, são os valores de trabalho, provavelmente nem são mencionados abertamente mas estão lá.

Marco Nobre: Sim, sim.

Entrevistadora: E de que forma é que o Marco acha que estes valores de trabalho são transmitidos para o exterior? Comunicação formal, comunicação informal.

Marco Nobre: Nós quer como instituição quer na intervenção com os clientes, e ao nível da intervenção há sempre uma tentativa de envolver os nossos clientes naquilo que são as ações e iniciativas da comunidade, por exemplo algumas iniciativas nós participamos e participamos na medida em que participa toda a gente, seja carácter desportivo, seja carácter recreativo.

Entrevistadora: Com as famílias, é possível trabalhar, elucidar, formar de alguma forma?

Marco Nobre: As famílias dos nossos clientes?

Entrevistadora: Sim

Marco Nobre: Às vezes depende um bocado na etapa em que se encontram as famílias, quando estamos a falar da intervenção ao nível do centro de recursos Área Inclusão, a intervenção nas escolas, estamos a falar das primeiras abordagens que se fazem à deficiência, antes disso só na intervenção precoce, aqui temos jovens com 6, 7, 8 anos, aí a intervenção com as famílias reveste-se dum carácter mais pedagógico. É importante nesta fase as famílias perceberem qual vai ser o percurso para o resto da vida, há muitos pais que não estão preparados para perceber que têm um filho com alguma necessidade educativa especial e que isso o vai acompanhar ao longo da vida. Que têm um filho com algumas diferenças que são permanentes e tem que haver uma aprendizagem para lidar com a situação.

Entrevistadora: Este carácter pedagógico e formativo que o Ninho tem, sendo que sempre que existe a possibilidade de contactar com as pessoas também o faz, também ocorre nos professores?

Marco Nobre: Também. Aí acontece essencialmente ao nível do centro de recursos Área Inclusão, porque ao nível do Centro de Atividades Ocupacionais já não o fazemos. Cá também fazemos mas essas etapas já foram todas feitas anteriormente, os alunos que nós temos no Centro de Atividades Ocupacionais já são acompanhados na instituição há 15, 20, 30 anos, ou

seja eles entraram para a instituição para a componente sócio educativa e começaram muito cedo a ser acompanhados pela nossa instituição. Faz-se grande parte deste trabalho quando chegam. O pai dum cliente com 40 anos já foi abordado sobre estas temáticas, já percebeu todos esses aspetos. Aí com esses pais a intervenção que existe é ao nível da intervenção, ou seja, o nosso cliente em CAO tem um plano de desenvolvimento individual, ou seja há uma orientação para a intervenção, identificada de acordo com as necessidades, aí o papel da família e do próprio, ou seja da pessoa com deficiência, é ter uma participação ativa naquilo que é uma a nossa intervenção com o cliente. Não somos nós que decidimos a intervenção no fundo, a intervenção é decidida pela pessoa com deficiência e pelos familiares. Até que quando a pessoa com deficiência tem essa competência de decidir por si próprio decide em primeiro lugar ele próprio, por isso é que a participação da família neste caso é na intervenção, e que se articula com a nossa.

Entrevistadora: Então e, por exemplo, passando aqui para outras perguntas, uma vez que se pretende a inclusão total, o pai dum adulto com síndrome de Down com os seus 40 anos terá por exemplo algumas reticências em aceitar que o filho é mais independente do que aquilo que ele julga? Existe dificuldade em inculir esta formação profissional, esta independência no trabalho, ou seja, também têm um papel formador ao longo da vida dos jovens? Por exemplo eu tenho um menino de 1 ano e meio, para mim continua a ser um bebé, não recém-nascido evidentemente, mas é um bebé, quando tiver 3 anos vai continuar a ser um bebé. Ele não tem nenhuma deficiência, mas se ele tivesse esta situação ainda seria mais agudizada em mim própria.

Marco Nobre: É, é, pois é, isso é trabalhado com os pais e com os vários intervenientes e sempre na tentativa...

Entrevistadora: E com os locais de trabalho...

Marco Nobre: Esse trabalho também está muito nas escolas, porque a partir do momento que eles em 2008 alteraram as dinâmicas de intervenção, esta primeira parte é feita nas escolas. Eles são integrados aos 6 anos e vão prosseguir até ao 12º ano e o que é que acontece aqui, 2 anos antes de terminado o percurso escola é desenhado um PIT, é um plano individual de transição, que nós também participamos, participamos na parte técnica da planificação dos PIT e essa planificação resume-se no fundo a planear o que é que acontece na vida pós-escolar, ou seja, termina o seu percurso escolar e agora? Isso é planeado antes. Neste momento essa planificação é essencialmente feita ao nível da escola. Terminou o percurso escolar, tem vários

caminhos a seguir, a via profissionalizante, se não tiver as competências estruturas de apoio social, CAO, lar residenciais, etc. Ai nós entramos no apoio mais social em termos de atividades ocupacionais e lar residencial. Depois há outras problemáticas que vão surgindo ao longo das etapas da vida destes jovens, o que nós às vezes sentimos algumas dificuldades é ao nível da sexualidade, chegam ali aquela etapa e como são muito protegidos ao longo da vida é difícil para os pais, da parte da família, conseguir ver o seu filho com trissomia 21 que também tem uma vertente afetiva, sexual, relacional com os outros. É um tema mais difícil de abordar mas também da nossa parte fazemos sempre essa tentativa de sensibilizar para essa problemática, em determinados casos não se põe esta situação de forma tão acentuada mas há outros casos que sim. Faz parte da vida de todos nós e da deles também.

Entrevistadora: Interrompemos a conversa dos professores e saltamos aqui para o CAO, íamos falar também sobre o carácter formativo para com os professores, ou seja quando existe oportunidade de vocês estarem juntos com os responsáveis nas escolas também sentem que têm uma voz ativa neste tipo de mensagem ou não e os professores já estão bastante capacitados para, o que é que o Marco pensa sobre isto?

Marco Nobre: Normalmente quando as escolas desenvolvem iniciativas na área da deficiência, da integração, por norma somos parceiros, entramos nas iniciativas que são desenvolvidas. Neste momento as escolas também elas têm muito trabalho já feito na área da inclusão, na área da deficiência, desde 2008, até 2016, estamos a falar já de 8 anos a trabalhar estas temáticas. Portanto todas as escolas, pelo menos as do nosso concelho, as duas principais, a Fernando Casimiro e Marinhas do Sal já têm departamento de educação especial com alguma robustez, estamos a falar de 8, 9, 10 recursos humanos já especializados na área da deficiência. Elas próprias fazem esse trabalho dentro da escola. Depois há alguns aspetos mais técnicos em que a nossa instituição se alia a essa formação. Normalmente todos os anos nós fazemos entre 1, 2, 3 formações dentro das escolas não direcionadas especificamente para os departamentos de educação especial, mas para todos os funcionários, e professores que queiram. Fazemos em várias áreas, na dislexia, como fazer uma transferência duma criança com deficiência, áreas que se acharem importantes trabalhar dentro da escola.

Entrevistadora: Ok, muito bem, no campo de atuação do ninho para além do decreto 3/2008 há mais normativos que tenha que ser cumprido ou existe algum vazio?

Marco Nobre: O decreto 3/2008 é mesmo só nas escolas, aqui não. As crianças que estão na valência socio educativa é a portaria 1102/1997, ela abrange o acompanhamento dos jovens

ainda em idade escolar, isto acontece quando se esgotam todas as medidas possíveis no ensino regular, o ensino regular já não tem mais resposta para determinada criança, dadas as suas particularidades e neste caso ainda é autorizado o encaminhamento para instituições de solidariedade social, que fazem esse acompanhamento até aos 18. Depois há legislação própria para o centro de atividades ocupacionais e o funcionamento do lar residencial.

Entrevistadora: Em termos de gestão, da hierarquia da instituição, que elementos é que têm como responsabilidades direta a inclusão, ou seja, dentro da descrição de funções do profissional que esteja especificado que tem que ter especial atenção a estes pormenores. Todos eles, é o que eu desconfio.

Marco Nobre: Todos os funcionários, é uma temática discutida e que todos têm que ter presente, auxiliares também. E vamos promovendo algumas ações de formação internas para todos que por vezes abordam esta temática, por exemplo, o *empowerment* do cliente, a capacidade de decisão, o ser ouvido, a carta de direitos e deveres do cliente, ou seja os clientes têm direitos, os funcionários são muito sensibilizados para estes direitos.

Entrevistadora: É recente esta denominação de cliente, não é?

Marco Nobre: Ela já tem alguns anos, agora é mais aplicada. Há quem goste, quem não goste. Vamos a um hospital e chamamos doentes, somos utentes, utente é aquele que beneficia de um apoio quase por caridade, cliente é uma pessoa que já tem direitos.

Entrevistadora: Pois, eu por acaso também simpatizo com o termo. Bem, quando são implementadas novas medidas, ou novas iniciativas, ou até nestas mudanças que houve com o decreto-lei 3/2008 qual é a perceção que vocês têm em relação ao sucesso e recetividade das coisas que fazem, que mudam, dentro da comunidade?

Marco Nobre: É um trabalho que nunca acaba, e nunca está acabado. Não temos um ponto de partida e um ponto de chegada, nós sabemos que começamos a trabalhar e temos essa vocação e essa obrigação e essa necessidade de trabalhar aspetos da inclusão e da sensibilização para a integração das pessoas com deficiência, mas temos a noção que não existe propriamente uma meta. Temos a sensação de que o trabalho tem surtido efeito, as pessoas gostam da instituição, conseguem hoje perceber o que é a nossa intervenção, conseguem perceber que é possível integrar, é possível incluir, mas é um trabalho que é contínuo.

Entrevistadora: Mas é acarinhado não é? O Marco também sente isso?

Marco Nobre: Nós temos essa sensação, em todas as iniciativas que fazemos, quer no poder local, quer com outras instituições, a nível de cooperação, até à data.

Entrevistadora: Em termos de comunicação formal, jornais, revistas, newsletter, existe alguma coisa desse género?

Marco Nobre: Sim, os nossos principais meios de comunicação são o site, onde apresentamos a nossa instituição de forma global, as nossas respostas, os nossos planos e relatórios de atividade. A informação está disponível, inclusive as contas da instituição são possíveis de consulta pública. Depois além disso utilizamos muito as redes sociais. Julgo que não vale a pena estar com resistências às redes sociais, elas são um meio fácil e rápido de divulgar o que fazemos, as nossas atividades diárias. Meios de comunicação local é o jornal, que só há um, que também utilizamos, enviamos notícias, eventos que divulgamos através desse meio. Envolvemo-nos também nos eventos locais, sempre que somos convidados, temos todo o prazer em mostrar o que fazemos e mostrar a nossa instituição, quer nas Tasquinhas, Frimor, festejos ocasionais como o Carnaval.

Entrevistadora: Marco posto tudo isto que acabamos de falar, já afluímos um pouquinho, mas que perceção é que acha que a comunidade tem sobre a entidade, no campo da inclusão? E de que forma é que esta perceção tem evoluído? Os seus 13 anos já dão para fazer uma análise.

Marco Nobre: Sim, já dá. Há alguns anos a esta parte nós tentamos monitorizar a perceção que a comunidade tem do nosso funcionamento, já há coisa de 4, 5 anos, começámos a fazer avaliação de satisfação de todas as partes interessadas, e uma dessas partes interessadas é a comunidade. Aquilo que nos chega é uma perspetiva boa, níveis de satisfação elevados e temos a perceção que a grande maioria da comunidade de rio maior sabe que nós existimos em primeiro e tem a mínima noção do que nós fazemos e do trabalho que desenvolvemos o que para nós é importante. É uma parte que nós monitorizamos e temos essa perceção. Somos um bocado suspeitos para falar da perceção dos outros, nós tentamos avaliar e achamos que temos feito um percurso positivo.

Entrevistadora: E é diferente de há 13 anos a esta parte? Ou mesmo daquilo que é conversado aqui com outras pessoas da instituição que cá estejam há mais tempo.

Marco Nobre: Era um pouco porque neste momento monitorizamos as coisas de maneira diferente, a partir do momento que fazemos avaliação de satisfação dos familiares, dos parceiros, da comunidade, dos clientes e fazemos todos os anos, acabamos por ter uma perceção de como os outros nos veem e como é que aqueles próprios que estão a ser servidos, os clientes, percecionam o serviço que lhes é prestado. Portanto dar-lhes a oportunidade de apresentarem sugestões e darem a sua opinião, coisas que há uns anos atrás não era feito, atualmente isso é feito e permite-nos perceber se aquilo que estamos a fazer é bem visto e é bem aceite pelos outros, também para orientarmos a nossa intervenção no sentido de melhorar aquilo que fazemos. Esta informação está disponível no nosso site e pode ser consultada.

Entrevistadora: Sente então que tem havido esta evolução no contacto com as famílias. Os meus pais trabalharam aqui muitos anos e há muitos anos, e eu recordo-me do que eles contam que havia muito preconceito em ter um filho aqui, era completamente diferente, é uma perspetiva social que também tem vindo a ser educada.

Marco Nobre: Sim, a forma como se vê as pessoas com deficiência, seja inclusão, seja integração, tem vindo a evoluir ao longo do tempo. Estes jovens por norma há 25, 30 anos atrás nem tinham direito a ir à escola. Eram retirados da sociedade, havia estas instituições que acabavam por dar algum apoio, mas antes não havia absolutamente nada, portanto, não iam à escola, não se misturavam na sociedade, os tempos foram mudando e ainda bem que assim é.

Entrevistadora: E isso nota-se também aqui em Rio Maior?

Marco Nobre: Nota-se também em Rio Maior.

Entrevistadora: Graças também ao trabalho do centro de educação especial...

Marco Nobre: Também mas não só, e hoje em dia as escolas têm um papel muito importante.

Entrevistadora: O Marco sente que, coloco eu a hipótese, tendencialmente torna-se mais fácil agir nesta área?

Marco Nobre: Sim, tem sempre os seus desafios e particularidades mas sim.

Entrevistadora: E obstáculos, alguma coisa que aponte.

Marco Nobre: O grande obstáculo é a mentalidade das pessoas. Na sociedade o grande obstáculo já não é ver a pessoa com deficiência com direitos, com direito às oportunidades e que deve e tem que ser incluída, não é por favor, é porque tem mesmo esse direito. Ainda falta aqui algum caminho, ainda falta para uma inclusão plena... no enquadramento profissional da pessoa com deficiência ainda existem algumas reticências. As entidades de acolhimento não podem ser as mesmas entidades públicas, as entidades privadas também deverão ter o seu papel social e a sua responsabilidade social e não o devem fazer por caridade ou por favor, o incluir numa pessoa com deficiência nos seus quadros, no funcionamento da empresa e nas suas dinâmicas. Devem-no fazer na perspectiva de que todas as pessoas têm determinada competência que pode ser aproveitada e utilizada dentro das empresas. E por vezes as empresas, como têm uma vertente tão lucrativa e um nível de desempenho que acham que deve ser mantido há algumas reticências à inclusão e à empregabilidade das pessoas com deficiências. Daí também haver alguns incentivos que inclusive muitas vezes as empresas desconhecem. Há algum caminho também ao nível da autonomia mas, como que é que eu hei-de explicar isto, tivemos uma parte muito forte ao nível da institucionalização e agora é preciso fazer algum caminho mas de desinstitucionalização. Quando nós temos uma pessoa com deficiência integrada num lar residencial, o lar residencial é uma estrutura muito protegida, o caminho deve ser no sentido de proporcionar a estas pessoas uma maior capacidade de decidir sobre as suas próprias vidas, não institucionalizar, integrar dentro da comunidade através de residências autónomas, com alguma proteção, algum acompanhamento, mas falta fazer esse caminho, não sei se me estou a fazer entender. Mas esse caminho também já está pensado a nível das políticas de intervenção, esse caminho está pensado, falta fazê-lo. É um pouco semelhante ao que aconteceu na área da saúde mental, nós no Ninho trabalhamos na área da deficiência, mas a saúde mental que é do mundo da psiquiatria e que às vezes se confundem um bocadinho, esse caminho já começou a ser feito. Os hospitais psiquiátricos praticamente foram desativados e há aqui um caminho para incluir na comunidade, para estruturas de menor dimensão, que permitem às pessoas... não é um caminho fácil mas é um caminho que é necessário fazer.

Entrevistadora: E facilitadores? Ou seja, falamos um pouco dos obstáculos, do que ainda falta fazer e facilitadores da atuação?... Política, medidas europeias, comunicação social... estou a dar ideias, a sugerir... a liderança por exemplo.

Marco Nobre: Um facilitador é o caminho da divulgação e isso tem sido feito ao longo do tempo, ou seja, a comunidade, a grande maioria, está sensibilizada para a problemática da

inclusão e designadamente para a não discriminação, está mais desperta para se envolver, acho que esse é um aspeto que nos facilita a intervenção. Quando nós abordamos quer entidades, quer pessoas da comunidade, o assunto já não é novidade para ninguém, há esta recetividade por parte das pessoas às pessoas com deficiência. Depois as políticas, em termos de legislação, nos últimos tempos tem havido legislação que nos facilita o trabalho, há a convenção dos direitos da pessoa com deficiência, que foi a nível europeu foi adotado por todos os países, o que tem facilitado muito a intervenção, ao trabalharmos baseamo-nos em direitos consagrados, há uma retaguarda de legislação a toda a intervenção.

Entrevistadora: Estamos mesmo a concluir. O que é que o Marco acha que ainda é esperado do Ninho, a comunidade de Rio Maior, que expectativas terá daqui para a frente? Alguma coisa específica ou uma continuidade?

Marco Nobre: O trabalho nunca está acabado, e se calhar o ideal era nem haver a necessidade do Centro de Educação Especial O Ninho existir, isso seria a situação ideal.

Entrevistadora: Se existisse uma inclusão total, plena...

Marco Nobre: Não havia necessidade, porque nós somos todos iguais, temos os mesmos direitos, as mesmas oportunidades, somos tratados de forma igual, não existiria a necessidade de haver instituições que lutem pelos nossos direitos, que sejam sensíveis à nossa causa, à nossa luta. Em termos da estrutura e projetos a longo prazo do Centro de Educação Especial é continuar a desenvolver as respostas sociais e respostas para este tipo de população o mais completas possíveis de acordo com aquelas que são as necessidades identificadas no momento. Nós planeamos de acordo com aquilo que é uma necessidade quer para os clientes, quer para os familiares, quem identifica as necessidades acaba por não ser a instituição, são os intervenientes, é a comunidade, os parceiros, os clientes, os familiares, eles é que identificam o que é necessário.

Entrevistadora: Anualmente?

Marco Nobre: Sim, por exemplo, um dos projetos que terminámos agora foi o lar residencial que é um projeto de há 20 anos, e esta necessidade foi identificada pelos familiares, ou seja, temos pessoas que acompanhamos há 20 anos, algumas famílias já têm dificuldade, algumas famílias nem sequer existem, e houve uma necessidade, quando se tornou numa necessidade premente, nós conseguimos organizar uma resposta.

Entrevistadora: Marco, algum comentário final que queira acrescentar, dentro desta linha? Ou algum comentário em relação às perguntas para futuras entrevistas?

Marco Nobre: Não. Bem, falámos muito do Ninho e o Ninho foi uma instituição pioneira em Rio Maior. Mas há outras instituições idênticas no distrito, a APPACDM de Santarém, o CRI em Torres, uma série de instituições que estão distribuídas no nosso distrito e no apoio à pessoa com deficiência. Mas há outros intervenientes que estão a surgir, as escolas começam a ser um interveniente de peso nestas questões da inclusão e da intervenção nas necessidades educativas especiais. Quando se acaba a intervir nos dois campos, nós no ninho, dentro da instituição temos 40 utentes, fora do ninho, nos 3 agrupamentos que apoiamos, são 210. A dimensão vale o que vale, e estes números são importantes e o importante é que a escola comece a acompanhar esta intervenção. Um dos grandes desafios que se põe hoje é ao nível das escolas. As instituições tiveram o seu percurso, desenvolveram as suas respostas, a sua intervenção, as escolas têm um caminho relativamente curto, são 8 anos de trabalho e ainda haverá muito por fazer. As escolas têm alguma dificuldade porque são, até certo ponto, instituições que não têm muita flexibilidade, funcionam num sistema educativo, têm os seus planos de intervenção na parte educativa e por vezes é preciso fazer o salto para a comunidade, para a intervenção social, e para a envolvência destes jovens. É preciso fazer ajustes ao caminho nomeadamente ao nível da legislação o que também está previsto. É preciso compreender em paralelo a intervenção que se faz na deficiência há muitos anos nas instituições e a intervenção educativa nas escolas. Essa intervenção educativa vai sempre existir, tem um papel muito importante e depois falta às escolas fazer o papel que as instituições faziam antes e que deixaram de fazer principalmente nesta faixa etária na parte social. Por exemplo para nós instituições é muito fácil fazer um encontro inter centros ou um encontro desportivo, é fácil para nós irmos com os utentes a Abrantes, a Benavente participar naquilo que for, as escolas têm um funcionamento próprio e às vezes torna-se mais difícil. Para nós é fácil termos necessidade de um determinado equipamento e irmos para a rua pedir dinheiro, vender pirilampos, fazer rifas, fazermos tasquinhas, arraias dos santos populares, para angariar fundos para proporcionar um melhor serviço e melhores condições. As escolas têm mais dificuldade em fazê-lo. Estão dependentes que outros financiem, ou da câmara e como ensino e tendencialmente gratuito não pode haver cobrança.

Entrevistadora: Ok, muito bem, muito obrigada Marco pela sua disponibilidade.

Entrevistado: Paulo Almeida

Função: Diretor do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva

Local/data: Escola Fernando Casimiro Pereira da Silva - 13/06/2016 - 10h

Entrevistadora: O público alvo da escola Fernando Casimiro Pereira da Silva, objetivos gerais sempre ao nível da inclusão. Não se pretende que seja eu a dizer o que é entendido por inclusão, muito pelo contrário, perceber na fonte...

Paulo Almeida: Sim, vamos lá ver se eu consigo dar resposta.

Entrevistadora: Sim, de certeza que sim.

Paulo Almeida: Nós na inclusão temos um público que eu acho diversificado... que pretende exatamente, apenas necessidades educativas especiais (NEE)?

Entrevistadora: Podemos falar na inclusão de crianças de meios socioeconómicos desfavorecidos, questões familiares....

Paulo Almeida: Não tem que ser necessariamente necessidades educativas especiais?

Entrevistadora: Não tem que ser necessariamente. Poderá ser dificuldades de aprendizagem, dificuldades de adaptação à escola, por exemplo.

Paulo Almeida: Pois. Nós temos aqui duas vertentes distintas. Por um lado o acompanhamento que é feito às pessoas com NEE de carácter permanente em que temos uma equipa de educação especial, temos as Unidades, uma de apoio à multideficiência, outra de ensino estruturado para os alunos com perturbação do espectro do autismo. O acompanhamento é feito em articulação com as estruturas e técnicos titulares da escola e do Centro de Educação Especial (CEE) O Ninho de Rio Maior. É feito também ao nível dos conselhos de turma, temos vindo a trabalhar nesse sentido e depois há um conjunto de atividades que fazemos, ainda em relação à deficiência, que eles usufruem também em conjunto com os colegas. Há aquela polémica de integração e inclusão... que não é muito fácil... este ano, pela primeira vez, vamos abrir o nosso OTL, com um apoio muito grande das nossas instituições, para o abrirmos às nossas crianças das Unidades, irá começar agora no final das aulas

Entrevistadora: Não tinham essa oferta?

Paulo Almeida: Há anos e anos que sentimos esta necessidade. Aqui em Rio Maior não há! Já houve uma experiência há uns anos com o Rio Maior Camp, entretanto ao meninos iam para a Benedita, iam p`raqui a p`racolá... Nós não tínhamos. Temos muito o lema de sermos uma escola inclusiva, mas não é assim tanto como se julga. Este ano vamos um bocadinho mais longe e vamos abrir a oferta aos meninos das nossas Unidades que são 4. Temos todos os períodos uma atividade que é muito centrada na promoção da pessoa com deficiência. Tivemos este ano a comemoração do “Dia da Pessoa portadora de Deficiência, onde veio cá o rancho do CEE “O Ninho”, a participação nas festas de final de período, nas jornadas culturais... Tem sido uma experiência alargada. Temos normalmente atividades para sensibilizar as outras crianças para a importância de perceberem o quanto é importante estimular a diferença entre todos, e depois temos o acompanhamento diário. Este é feito baseado nos afetos, respeitando as suas diferenças, onde a igualdade não terá que ser o mesmo para todos, terá que se respeitar aquilo em que é diferente, mas perceber que temos que ajudar o outro. Esse tem sido o nosso trabalho.

Em relação às outras com dificuldades de aprendizagem temos definido um conjunto de medidas, desde o início do ano, que procuram precisamente ir ao encontro das dificuldades de cada um. Temos um gabinete de apoio ao aluno que cada vez funciona melhor, temos as salas de estudo, temos sessões de preparação para provas, temos assessorias dentro da sala de aula. São tudo formas de promover a igualdade de acesso à aprendizagem. Sabemos que os meios sócio económicos são muito diferenciadores, eles concorrem, são uma variável que é permitora de insucesso, nós sabemos isso. É de evitar estarmos a comparar os meninos aqui das fraldas da serra, com os meninos que vêm de Lisboa – nisso já há falas que cheguem – mas pelo menos tentamos que eles tenham igualdade de acesso e tentamos promover no nosso plano de atividades, um conjunto de atividades, naquela lógica do equilíbrio entre as possibilidades financeiras dos pais e a escola, e também das necessidades dos alunos que eles tenham acesso a um outro tipo de atividades que não têm usualmente no dia a dia. Desde teatros, cinemas, visitas a museus, é também uma preocupação desse ponto de vista.

Do ponto de vista estritamente social e financeiro nós temos uma rede de apoios, dentro da escola, suplemento alimentar e dar reforço alimentar aos alunos necessitados, que parecendo que não, faz com que tenhamos 7 mil, 8 mil refeições ingeridas pelos alunos. Estou a falar de lanches a meio da manhã e a meio da tarde, não estou a falar do que vem doado e que é a refeição de escalão, não, não é isso, é um reforço alimentar a meio da manhã e a meio da

tarde. São muitos miúdos. Estes números são de 2º e 3º Ciclos, os do 1º estão noutra gama de apoios. Portanto são muitas as situações que concorrem para esse nosso trabalho.

Entrevistadora: Paulo acha que as necessidades têm-se agudizado?

Paulo Almeida: Não sei se não serão é mais visíveis. Se calhar é mais isso, ó Catarina.

Entrevistadora: Estamos mais sensibilizados para?

Paulo Almeida: É possível. A questão da deficiência, aquelas mesmo de carácter permanente, no que diz respeito a Unidades, pessoas portadoras de deficiência, elas têm uma visibilidade maior a partir dos alunos com PEI's passaram para as escolas, antigamente não tínhamos nada disto, sinalizados. Nós, de qualquer forma, temos a preocupação de acompanhar os alunos para a resposta que as famílias e a escola considerarem mais adequadas. São várias as ofertas que nós já encaminhamos. Há um plano, dentro de um trabalho que não é fácil, o acesso destes meninos a uma instituição é vital no Sistema Educativo e ele deve ser feito com muita cautela e depois de muito ponderado, o processo, às vezes tem N fases.

Entrevistadora: E até o inverso, não?

Paulo Almeida: Também recebemos, claro. Nós nos últimos 4 anos encaminhámos 3 meninos para o Ninho. Um era uma situação muito grave o João, o Marcos e a Bruna, atingiram o limite de idade e os encarregados de educação manifestaram interesse em coloca-los lá. São todos autistas. Tínhamos uma situação complicadíssima, ao nível mesmo familiar, do David, cujos pais são surdos mudos, corriam o risco de, quer o menino, quer os pais estarem em grandes dificuldades e, em conjunto com a família encontrámos uma resposta que achámos melhor para ele.

O sucesso para um aluno destes não é o mesmo que para um dos outros. Não é melhor nem pior, é diferente, apenas. Há uns tempos eram tratados como diferentes, tenho consciência disso.

Entrevistadora: Mesmo já depois de sair o Decreto-Lei 3/2008?

Paulo Almeida: Sim, sim, no início do decreto foi uma luta muito grande. Tem sido uma aprendizagem. Neste momento estão completamente integrados na comunidade. Agora se a integração é plena, ou se alguma vez o conseguirá ser...

Entrevistadora: A comunidade também tem muito a crescer, não é? Não depende só...

Paulo Almeida: Pois, também. Não depende só da escola. Toda a gente espera respostas de todo o lado, mas muito pouca gente procura respostas. Nós sentimos isso agora, na organização do dito OTL, que é lógico que para a escola é muito mais confortável não o fazer,

Entrevistadora: E tem essa obrigação...

Paulo Almeida: Tem, moral, moral temos. Damos resposta aos outros temas de dar resposta a estes.

Entrevistadora: Sem dúvida.

Paulo Almeida: Mas também temos de perceber que o custo inerente a uma dinamização duma atividade destas é incomportável para os pais e encontrar soluções para isto é muito difícil, muito difícil, este ano lá se arranjou uma resposta, a ver se corre bem.

Entrevistadora: Paulo a perspetiva da escola, pode dizer-se que é totalmente flexível, apoiante...

Paulo Almeida: Claro!

Entrevistadora: Como é que vê isto?

Paulo Almeida: Há resistências ainda, há pessoas que ainda precisam fazer o seu caminho, mas a maioria da escola e da comunidade educativa está muito flexível, entende as necessidades e assume-as. Temos crianças portadoras de deficiência que não são alunos de Unidade e têm problemas complicadíssimos, meninos com problemas de coluna, operados várias vezes, deslocam-se em cadeira de rodas. Também nos ajustámos, o espaço físico, a essa necessidade. Miúdos com cancro no cérebro, com HIV, uma série de circunstâncias e que fazem um percurso normal. É evidente que estes mais dependentes nós não podemos dizer que o trabalho vai tão longe quanto queríamos, nunca conseguirá ir. Aliás há aqui alunos que a discussão tem de levar-nos sempre para esse lado: quais são os cuidados que esses miúdos necessitam? Procuramos atender aos cuidados e às necessidades deles.

Entrevistadora: Depende da finalidade também.

Paulo Almeida: Também. Temos aqui um menino que é praticamente um vegetal, é alimentado por uma sonda, não se mexe, há sempre aquela interrogação se nós respondemos suficientemente bem às necessidades dele. É uma caminhada em que precisamos de, todos juntos, nos envolver nestas causas.

Entrevistadora: Acha que a Escola Fernando Casimiro está particularmente atenta a estas problemáticas?

Paulo Almeida: Eu tenho a sensação que sim. A equipa de educação especial, isso deve-se muito ao trabalho deles, tem conquistado o seu espaço gradualmente.

Entrevistadora: Mas sem liderança....

Paulo Almeida: Não, as lideranças são o que são. Elas têm um trabalho que permite a sensibilização e que foi muito importante nestes últimos anos, mesmo muito importante e souberam conquistar o seu espaço e a adesão de pessoas. Eu tenho consciência que se não fosse esse trabalho... o Pedro entrou para cá há ano e meio e não caminhava, neste momento anda por aí e corre tudo. É um caso de sucesso, mas temos aí outros que não observamos tanto sucesso, mas também não saberíamos como era se não estivessem na escola. O que eu tenho a certeza é que a conviverem em ambientes diferentes, com os ditos “normais”, aprendem muito mais do que se só estivessem com pessoas com deficiência, com as suas limitações como eles. Crescem eles e crescem os outros, tenho consciência disso.

Entrevistadora: Outra questão e mudando um pouco a vertente, como é que estas atividades da escola, esta sensibilidade e esta forma de atuar é transmitida para o exterior? Para a Comunidade?

Paulo Almeida: Nós usamos muito o Facebook, acho que isso é notório. Usamos também a newsletter que é uma publicação virtual que nós temos. Depois temos o jornal periódico de cá e há algo que não podemos esquecer que é o “boca a boca”. É a melhor forma de difundir a informação. Depois temos estes acontecimentos que eu acho que são importantes para todos os alunos. São as aprendizagens informais, onde procuramos sempre que haja momentos específicos relativos à Educação Especial e à formação da pessoa com deficiência. A informação vai-se difundindo de uma forma automática e já enraizada dentro do resto, não é preciso ser distinguida do todo.

Entrevistadora: Por exemplo, também há o convite para presidente de câmara participar? Para a comunidade?

Paulo Almeida: Sim, são sempre convidados, sempre. Temos o cuidado também na entrega dos quadros de valor e de excelência, quando tal se revele importante, distinguir os miúdos

portadores de deficiência. Mas eles não têm que ser promovidos só porque têm deficiência. A última que fizemos foi ao Paulinho, que passados uns dias morreu...

Entrevistadora: Pois, enfim...

Paulo Almeida: Acontece, é assim...

Entrevistadora: Agora em termos de normativos e diretrizes é o decreto-lei 3/2008...

Paulo Almeida: E há as Portarias que regulam o PIT.

Entrevistadora: Que agora vai começar a ser feito pela escola secundária ou quando eles vão para outras entidades.

Paulo Almeida: O PIT é definido para os alunos que estão numa transição para a vida ativa, é a partir dos 15 anos. Agora depende do percurso escolar de cada um. A maior parte deles é na transição para o Secundário, mas há outros que não, basta no seu percurso de formação, e por alguma razão atrasarem um ano, ou as suas dificuldades sejam tão limitativas que não lhes permitam ir para a escola Secundária. Os alunos com CEI é uma situação completamente fora do Sistema Educativo. Eles não transitam nem reprovam. A turma onde eles estão inseridos pode ser uma turma de seguimento deles, mas também pode ser uma outra turma qualquer. Ela serve-lhes apenas como referência, porque eles não têm ano escolar. A meta deles é a idade estimada para a escolaridade obrigatória, recomendando-se que sigam mais ou menos a sua faixa etária e aquilo de que têm necessidade. Por vezes temos alunos que estão inseridos numa turma de 9º ano (como acontece este ano), mas que não são alunos que se recomende a sua inscrição na escola secundária, dadas as elevadas limitações que apresentam. Nestes casos, a resposta é um pouco ambígua, “fica aí”...

Entrevistadora: A escola Secundária também se está a adaptar a esta realidade, não?

Paulo Almeida: Sim, sim. A escola Secundária vai ter, pela primeira vez 2 alunos CEI, autistas, que nós vamos enviar este ano, o Francisco e o Rúben. São alunos muito trabalhados por nós, conhecemo-los muito bem, mas estamos um pouco receosos.

Entrevistadora: Eles também devem estar... eles, a escola.

Paulo Almeida: Sim, a escola Secundária também está e um pouco apreensiva se estará preparada para esta nova realidade. Mas nós tínhamos mais uma aluna também em idade de ir para lá, que ficará por cá. É o tal processo que “fica em avaliação”, é a tal questão. Nem

sequer os dispositivos e as ferramentas administrativas do Ministério da educação estão preparadas para isto.

Entrevistadora: Há, portanto, um vazio administrativo a este nível?

Paulo Almeida: Completo.

Entrevistadora: Já na escola Profissional o Prof. Luciano falava muito, agora o Paulo também, na obrigação moral em fazer e não tanto por seguir diretrizes, não há nada que diga o quando, de que maneira tudo isto se processa.

Paulo Almeida: Há e não há. A lei apresenta nuvens...

Entrevistadora: Deixa à interpretação...

Paulo Almeida: Deixa, mas não deixa muitas dúvidas, sendo a idade de 12 anos obrigatória, alguma escola tem que os ter. O problema aqui é qual, e depois é a luta do sítio. Por exemplo um aluno com necessidades educativas especiais num colégio ele não é aceite. São aluno que implicam um maior desgaste, porque para querermos, de facto que eles tenham a mesma igualdade de oportunidades que os outros temos de lhas proporcionar, é preciso inseri-los no meio da comunidade, e é muito bonito nós ao olharmos para um ranking e vermos, aquilo que eu não percebi ainda o que as pessoas querem ver. Temos várias experiências de miúdos corridos literalmente, porque são diferentes, porque têm os seus problemas, porque têm distúrbios de alguma ordem, sobretudo do foro comportamental, e temos cá alguns, valentes, valentes mesmo! Desde autismo a problemas do foro da personalidade, há os distúrbios da negação, da hiperatividade, problemas complicadíssimos que são corridos de qualquer oferta. Nós reparamos, depois ao recebê-los aqui, que eles não tiveram qualquer acompanhamento.

Entrevistadora: Os colégios também não estão nada preparados e não querem ter estas questões...

Paulo Almeida: É por isso que eu digo: os pais querem ter os filhos nos colégios, tudo bem, mas paguem!

Entrevistadora: Continuando, no órgão de gestão da Escola, na hierarquia, existem elementos responsáveis por esta problemática?

Paulo Almeida: A subdiretora é responsável pela área da Educação especial, e depois tem a hierarquia em relação ao diretor, a última palavra é sempre para ele. Há uma competência

para a educação especial na subdiretora. E as restantes são delegadas na coordenadora de departamento. Na linha hierárquica é professores, coordenadora de departamento de educação especial, subdiretor, diretor.

Entrevistadora: Tudo isto está bastante explícito?

Paulo Almeida: Está, está, quer no regulamento interno, quer no nosso organigrama.

Entrevistadora: Bem, tem existido este trabalho, desde há alguns anos para cá, qual é a perceção do Paulo do sucesso que tem existido e do que falta atingir, ou seja, o balanço de tudo isto, qual é?

Paulo Almeida: Eu penso que o balanço é positivo. Temos conseguido coisas importantes. Ainda há pouco dizia isto ao Sr Diretor Geral, perdemos muito tempo a olhar para os pequenos problemas e não olhamos para as grandes conquistas que já fizemos, é uma característica do povo português, desgasta-se a dizer mal, quando podia envaidecer-se com o já fez. Eu acho que muita coisa boa já foi feita, mas não o suficiente para garantir uma inclusão. A integração se calhar está, a inclusão é que não sei, penso que ainda há, de facto um caminho, e o caminho maior que há para fazer aqui é na ligação dos Conselhos de Turma com a Equipa de Educação especial. Já houve um grande percurso, já há um grande caminho feito, mas eu acho que, ainda há um pouco a sensação, isto é impressão minha, sem querer criar atritos, mas eu tenho impressão que a maior parte dos colegas ainda tem um bocadinho a ideia que “isto é com a Educação especial”, nada do que se compare com o que era há uns anos atrás, mas ainda existe essa ideia.

Entrevistadora: Até porque, não será preciso que uma criança tenha diferenças gritantes, poderá ter uma problemática mais subtil e precisar de uma adaptação do discurso, uma adaptação dos materiais, uma adaptação na avaliação, é a questão da diferenciação pedagógica, não? Em último caso nem necessita de ser um caso com NEE, os alunos são todos diferentes.

Paulo Almeida: Sim. Até uma dislexia pode e deve ser objeto de diferenciação. Nós temos um projeto próprio de trabalho para a dislexia. Temos também clubes da educação especial. Nestes últimos dois anos estamos a mexer em algo muito difícil de mexer em Educação, que é aquilo a que nós chamamos a caixa negra, estamos a mexer dentro da sala de aula, com a sala do futuro é uma tentativa de ir mais longe. Temos também aqui a supervisão pedagógica que é a observação de prática diária, desprovida de qualquer intenção, apenas para reflexão, onde

também entra a Educação especial. Formação interna, temos várias numa perspetiva abrangente. O que não temos é mesmo dentro da sala de aula. A questão da diferenciação pedagógica é um “chavão”, em todas as escolas, mas são poucos os que a fazem bem. Estamos a braços com um programa e metas extensos, com isto a aquilo que nos dificulta e muito.

Entrevistadora: E o tamanho das turmas também?

Paulo Almeida: É. Eu continuo a dizer que os professoras se desgastam muito com os problemas que têm e pouco com a procura das soluções, o tempo que às vezes investem em “lavar as lágrimas” ou, qualquer coisa do género de “eu prefiro auto mutilar-me que auto motivar-me”. Se perdêssemos mais tempo a olhar para os miúdos, a olhar para as suas dificuldades de aprendizagem, analisar o que eles não aprendem e porque não aprendem, o que é muito difícil para um professor fazê-lo porque vai questionar-se a ele mesmo com um porquê. Geralmente as pessoas têm muito o hábito de pensar, erradamente que “se eles não aprendem a culpa é minha”, o que não é, existem tantas variáveis para isto e perceber o porquê, quais são as problemáticas inerentes à aprendizagem. Antigamente era falta de bases, eram miúdos com problemas, eram os pais que eram dum meio sócio económico mais baixo, eu sou de um meio sócio económico mais baixo e não foi por isso que eu não aprendi.

Entrevistadora: Há pouco falou numa das vertentes, os conselhos de turma, um pouco esta questão.

Paulo Almeida: É. Nos conselhos de turma e nos departamentos. Nós sistematicamente tentamos identificar as causas disto e conceber e implementar os projetos, há pouco não disse mas temos um, muito giro, de promoção do sucesso escolar, a “Turma Mais” que é uma forma de trabalharmos com diferenciação pedagógica. Este trabalho é feito do 5º ao 9º ano, em matemática e é feito na língua portuguesa no 1º ciclo. É uma intervenção dura, logo nos dois primeiros anos, em todas as horas que eles dão português, no 1º e 2º ano. Nós tínhamos a maior taxa de insucesso no 2º ano, os miúdos no 1º, por imposição legal, não podem reprovar e nós vimos que não estávamos a atacar o problema como deveria ser e portanto, os miúdos acabavam por chumbar no 2º ano, não era por eles chumbarem que iriam saber muito mais e nós não estávamos a ser capazes que eles tivessem sucesso.

O Sr. Diretor Geral convidou-nos a fazermos parte de uma das 6 escolas que vão abraçar um projeto que eles têm agora em que existe 75% de autonomia curricular, pelo que nós vamos ser uma dessas escolas, veremos o que vai dar.

Entrevistadora: Isso é muito interessante. Implica muita responsabilidade, mas é muito interessante.

Paulo Almeida: É muita responsabilidade mas depois falta-nos ver também recursos que eles põem à disposição de uma coisa destas, não se pode deixar uma escola num projeto deste sozinha...

Entrevistadora: Implica muito acompanhamento.

Paulo Almeida: Pois, prende-se também como vai ser feito esse acompanhamento e com que ferramentas, se não o projeto vai abaixo, vamos lá ver.

Entrevistadora: Em termos de formação dos profissionais estas questões da inclusão, diferenciação pedagógica, que temos estado a falar, são contempladas?

Paulo Almeida: Tal como disse, estamos num sistema de formação quer interno quer com contributo externo que já tem sido motivo de análise de escolas periféricas daqui e essa é uma das questões. Nesse final de ano iremos ter uma formação só em diferenciação pedagógica e outra em articulação curricular.

Entrevistadora: Dada por professores aqui da escola?

Paulo Almeida: Não. Esta da diferenciação pedagógica, em princípio será o Luís Gonzaga que nos vem dar isso.

Entrevistadora: Todavia tudo isto é tratado na formação inicial dos docentes?

Paulo Almeida: Em tenho alguma dificuldade em perceber isso, porque nós temos uma formação ainda muito escolástica, e eu sou muito descrente da formação inicial. Ela vale o que vale, se não houver contínua... ainda a semana passada saiu numa revista de economia que um dos fatores, ou mesmo o principal apontado para o bom desempenho de um docente é a formação contínua, muito mais do que o resto. E nós notamos que de facto, aqueles professores que se querem manter atualizados são muito bons, os que não querem ficam um pouquinho de lado, pena não quererem todos. Roma e Pavia não se fizeram num dia.

Entrevistadora: Continuando, entretanto podemos ir descartando perguntas, pois a conversa tem sido larga, mas podemos falar do que falta fazer? Da dificuldade em implementar medidas inclusivas?

Paulo Almeida: As dificuldades, para mim, são essencialmente de duas razões. A primeira é de facto ainda alguma falta de abertura para algumas das necessidades. É muito bom dizer o que falta fazer mas depois predispor-nos a fazer fica mais complicado. A segunda é porque algumas das medidas requerem recursos adicionais, aí as instituições não as têm. Essencialmente são estas duas.

Entrevistadora: E facilitadores, o que dá o empurrão? Que têm dado?

Paulo Almeida: Eu acho que o principal facilitador que nós temos aqui é o exemplo.

Entrevistadora: Exemplo?

Paulo Almeida: Exemplo daquilo que já conseguimos, do trabalho que já foi feito com os alunos e as competências que já conseguimos que eles desenvolvessem. Isso é o principal, depois há uma rede de parcerias aqui em Rio Maior, que também facilita, o CEE o Ninho, a CLDS, a Câmara, a Associação de pais, a escola, uma rede bastante alargada, mas as dificuldades também são muitas. “Na terra onde não há pão toda a gente ralha e ninguém tem razão”. O não termos dinheiro para mandar cantar um cego, implica que nos temos que governar sem dinheiro. Costumo dizer aos colegas que com dinheiro toda a gente faz obra, o estranho é fazer obra sem dinheiro.

Entrevistadora: Neste género de trabalho e com essas contingências põe-se à prova a criatividade, não? Se fosse tudo dado mais as pessoas se encostavam.

Paulo Almeida: As pessoas terão de encontrar nos meios as respostas. Sou um defensor disso. Obviamente que existirão projetos a que nos podemos candidatar a financiamentos, que nós também já conseguimos. Por exemplo, temos na escola, para a educação especial, a colaboração com a fundação PT, já decorreu um ano com 10 mil euros que foi um sucesso e temos agora um que já está aprovado, só não sabemos quanto é que eles vão dar. Têm colaborado muito connosco.

Entrevistadora: Isso é mesmo muito interessante.

Paulo Almeida: Uma coisa que temos notado aqui na escola, as conquistas às vezes antigamente, atualmente muito menos, mas antigamente nós concorríamos às coisas mas não estava nada registado, nós queríamos mostrar uma coisa conquistada por nós todos mas não havia evidências, parecia-nos todo tão normal que o registo das coisas ficava para trás.

Entrevistadora: A tal comunicação, o historial...

Paulo Almeida: Pois. Nós agora um grupo do observatório a nível de escola, produz um relatório anual com cento e poucas páginas, já com indicadores estatísticos.

Entrevistadora: Implicou uma mudança cultural, ter essas conquistas sempre presentes e acho que está aí o servir de exemplo.

Paulo Almeida: Tem sido muito bom, sim.

Entrevistadora: Qual acha que é a perceção da comunidade de Rio Maior sobre a atuação da Escola neste campo?

Paulo Almeida: Bom, tenho alguma dificuldade em falar sobre isso, porque ...

Entrevistadora: Não é uma pergunta fácil.

Paulo Almeida: Não, não é, e pode confundir-se depois com a falta de humildade. Eu acho que o meio percebeu que a escola fez um caminho, mas as pessoas também não estão muito à alerta, exceto aquelas que têm casos na família e as escolas também passaram todas por um período em que se olhou apenas para as pessoas que tinham problemas e esqueceu-se daqueles que precisavam de ser estimulados que também tinham os seus problemas. Preocupávamo-nos muito com as dificuldades de aprendizagem, a tal diferenciação pedagógica que, na prática, quase não existia, e reduzimos tudo ao estrato inferior. Em vez de puxarmos para cima todos, nivelávamos todos pelo mais baixo e isso não trouxe benefícios a ninguém. Eu penso que a comunidade vê isso, todas as nossas atividades que fazemos são para todos, com as suas diferenças. Ainda recentemente participámos no “Mercadinho Romano” em que aparecemos lá com 120 romanos e estavam lá os nossos meninos com NEE, tal qual como os outros, no meio das suas turmas perfeitamente integrados.

Entrevistadora: Esse género de atividades também tem um importante papel pedagógico.

Paulo Almeida: Claro. Agora a perceção que os outros têm do trabalho que vamos fazendo, em todos os lados e no que diz respeito à educação não há respostas certas, mas há nitidamente algumas erradas. Não agradamos a todos. Eu penso que esse caminho também tem vindo a ser feito e cada vez mais as pessoas se apercebem e têm conhecimento do que fazemos.

Entrevistadora: Como pensa que essa perceção tem evoluído? Como era há uns anos atrás?

Paulo Almeida: É muito fácil de ver, por exemplo quando aparece um caso na Comissão de Proteção de Jovens, a escola que eles encaminham é a nossa, esse é logo um reflexo daquilo que me parece que é sintomático e que estamos a contribuir para uma missão que é a nossa. Isto não é só apregoar missões, e escrevê-las num papel, essa parte é a mais fácil. Basta arranjar um professor com uma prosa muito gira e fica escrito. Eu vejo com muito bom grado que as pessoas nos procurem. Temos uma quantidade de miúdos que acompanhamos desde o pré-escolar até ao 9º ano em que a oferta formativa abrange todos os possíveis perfis dos alunos. Nós temos desde cursos vocacionais, que seria muito mais tranquilo não os ter...

Entrevistadora: Têm corrido bem?

Paulo Almeida: Tem. Têm problemas, obviamente, problemas complicadíssimos, onde há poucas raparigas e são turmas muito grandes, ao contrário dos CEFs.

Entrevistadora: Abriram CEFs, ainda?

Paulo Almeida: Não. Vamos abrir para o próximo ano. Acabaram os cursos vocacionais, lá teremos de voltar aos CEFs, se conseguirmos. Limpámos o registo. Os vocacionais permitiam aos alunos com 13 anos e duas retenções, uma resposta diferenciada da universal e comum. Agora infelizmente para haver uma turma de educação e formação é preciso deixá-los ter insucesso, o que eu acho mau, têm de andar até aos 16 anos, que já é um pouco tardio.

Entrevistadora: Mesmo assim, existirem já é um bom sinal.

Paulo Almeida: Sim é um bom sinal, mas para que tenham um percurso diferente, terem de cair primeiro, para depois então poderem usufruir de um percurso diferente.

Entrevistadora: Com as ferramentas indicadas nessas idades já é possível perceber quais são os alunos que necessitam de outro género de respostas e de trabalhos.

Paulo Almeida: Completamente. A partir do 2º ciclo nota-se perfeitamente e a escola e as famílias estariam muito a tempo de os pedir, temos de nos governar com o que cá há.

Entrevistadora: Ok. Paulo estamos mesmo a terminar esta nossa conversa. Só mais duas coisas que eu gostaria de perguntar. Primeiro se o Paulo queria acrescentar mais alguma coisa sobre este assunto.

Paulo Almeida: Sei lá, já disse tanta coisa.

Entrevistadora: Foi conciso e bastante profícuo, pelo menos eu tenho aqui muito material. Expectativas, por parte da Comunidade para a escola?

Paulo Almeida: Ó Catarina eu agora vou fazer um desabafo. As comunidades educativas são uma coisa muito gira. É como o Estado, o Estado, ou então o povo, eu até gosto mais do povo, pois o Estado ainda está mais ou menos instituído, o povo é aquela gente, mas nunca sou eu, são todos menos eu e cada um de nós faz um estudo mas auto excluído do povo, portanto o povo é uma massa amorfa.

Entrevistadora: É! Mas é mesmo!

Paulo Almeida: A comunidade educativa é uma espécie de povo, porque reivindicam para si as necessidades que sentem, eu falo aqui em termos educativos e de formação, porque a escola neste momento tem de responder a inúmeras solicitações, eu já não sei qual é a missão da escola.

Entrevistadora: Cresceu tanto....

Paulo Almeida: Cresceu tanto que neste momento é uma coisa descomunal. O nosso agrupamento tem, neste momento 1200 alunos, eu não sei como é que um agrupamento de 4000 alunos se pode governar, não faço ideia, nem faz sentido, que depois a cultura de escola fica diluída e a comunidade educativa funciona também um bocado assim. O nosso lema aqui é “sozinho vou mais rápido, mas juntos vamos mais longe” e a nossa ideia tem sido sempre essa de ir construindo consensos, ir percebendo as necessidades e responder às necessidades. Nós temos, entre aspas, clientes, os nossos clientes são utentes, eu por acaso gosto mais de clientes que utentes faz-me sempre lembrar hospitais, os nossos clientes são os alunos e as famílias e nós temos de olhar para eles. Mas estas famílias dos alunos são muito voláteis e nós temos que gerir as necessidades pontuais de cada um e aí ainda há um caminho a percorrer, e temos de fazer entender às pessoas que a necessidade é coletiva e não é individual e isso não é fácil. Nesse campo as pessoas que de facto têm a necessidade, são aquelas que procuram a resposta à solução e era muito preferível que as instituições se organizassem no sentido de perceber as necessidades de todos.

Entrevistadora: E fazer esse trabalho conjunto

Paulo Almeida: É o que eu digo, nós tivemos neste ano esta experiência que me parece muito salutar em relação a este tópico. Já a temos em relação a muitos outros, mas há uma

necessidade coletiva, até de... Eu falo aqui muito dos pais... os professores têm um defeito que é, os pais só são importantes para aquilo que lhes interessa, os pais cansam-se de vir à escola para “levar na corneta”, não há pachorra, os pais vêm à escola constantemente porque o filho se portou mal, nós tentamos desconstruir isso, é importante chamá-los à escola pelas boas razões e para se construir esse consenso, é importante vermos qual é o caminho que queremos fazer, o que é importante, quais são as nossas necessidades e eu julgo que esse caminho está a ser feito. “Dar um sobretudo em pouco tempo”. Em relação aos nossos meninos está mais delineado, sabemos quais são as necessidades, não são é coletivas, estão a ser consumidas agora como coletivas. A forma como construímos este OTL, inserido, obviamente, alargámos o nosso OTL com a colaboração da escola de uma forma que me parece muito gira, o plano de atividades foi ajustado agora, vamos ver, os departamentos vão colaborar com as atividades e depois há uma preocupação especial com algumas coisas que possam alertar e despertar os outros alunos também para aspetos deles.

Entrevistadora: Ambas as partes ficam enriquecidas. Paulo, por mim terminei as questões que tinha a colocar, muito obrigada.

Paulo Almeida: Não sei se respondi com a precisão necessária, se for preciso mais alguma coisa...

Entrevistadora: Foi ótimo, muito obrigada.

Paulo Almeida: Obrigado eu.

Entrevistado: Luciano Vitorino

Função: Diretor da Escola Profissional de Rio Maior

Local/data: Escola Profissional de Rio Maior - 08/06/2016 - 10h

Entrevistadora: Permite-me gravar a nossa conversa?

Luciano Vitorino: Sim, com certeza.

Entrevistadora: Trouxe uma cópia do guião, acho mais simpático assim. A ideia do trabalho - é um trabalho de mestrado - é, uma vez que eu sou daqui, estudei aqui e que existem aqui todos os níveis de ensino, até ao superior e incluindo a Escola Profissional e ainda um Centro de Educação Especial e tendo em conta estas problemáticas da inclusão, tão na moda mas tão importantes, de facto o são, se o facto de haver estas entidades - tendo em conta que as escolas estão todas mais ou menos sensibilizadas para estas questões da inclusão - a atuar no território -, se isso tem na realidade algum impacto na Comunidade e se sim, como é que de facto isso acontece. Sou realista, não vou conseguir chegar a conclusões sobre o que o cidadão comum entende em relação a, mas é um início, é um levantamento de sensibilidades das várias instituições digamos assim, e quem sabe se um dia para um futuro doutoramento não parta para o cidadão comum, como é que sente, como é que percebe estas coisas, será que têm influência ou não, seria um trabalho interessante. Rio Maior é um pouco conservadora, às vezes a permeabilidade a este género de conceitos é um pouco difícil de entrar, mas acho que é uma coisa interessante e daí os convites para a realização das entrevistas.

Luciano Vitorino: Ok, eu agradeço, como é óbvio e aproveito também para dizer que se as minhas respostas, ou algumas delas, não estiverem a ir ao encontro daquilo que pretende ver esclarecido, esteja absolutamente à vontade para insistir.

Entrevistadora: Ok, muito obrigada. Há uma questão que, de facto, costuma criar algumas dúvidas durante a entrevista que é o que se entende exatamente por inclusão, mas verdade seja dita, não se pretende que eu o diga, a ideia é perceber o que as instituições entendem e fazem nessa ótica. Então, Luciano, podemos começar?

Luciano Vitorino: Claro.

Entrevistadora: A primeira coisa que eu gostaria de perguntar era qual o público-alvo e os objetivos da Escola Profissional?

Luciano Vitorino: ok, o público-alvo são todos os jovens dos 14 aos 18, 19, 20 anos, que estejam recetivos a concluir a escolaridade obrigatória, que pretendam estudar pela linha do ensino profissional que é aquilo que nós oferecemos aqui, para já é única e exclusivamente o ensino profissional. Eles começam aqui o 10º ano e sairão, supostamente, daqui com o 12º ano, nível 4 de qualificação, da União Europeia, ao final de 3 anos. Portanto o publico alvo e de onde? do concelho de Rio Maior e região limítrofe. Nós somos uma escola supraconcelhia, que é bom para nós e é bom para Rio Maior, 46% dos nossos alunos, este ano letivo que está a terminar, vêm fora do concelho de Rio Maior. Há algumas coisas boas que Rio Maior tem e eu penso que uma delas é a Escola Profissional.

Entrevistadora: Sim, sim, sem dúvida.

Luciano Vitorino: Rio Maior é uma cidade com atração. Estamos a falar de um concelho que daqui a meia hora é Santarém, mas temos Azambuja, temos Caldas, temos Alcobaça, até Porto de Mós, que fica do lado de lá da Serra, mas mesmo assim tem um número significativo de jovens a estudar aqui. A escola tem 12 turmas e se calhar só do concelho de Porto de Mós temos meia turma.

Quais os objetivos? Os objetivos da escola são educar e formar estes jovens. Educar e formar para quê? Para o mercado de trabalho. A escola tem um objetivo muito claro que é a empregabilidade dos alunos, ou seja nós não somos daquelas instituições que se preocupam até aquele dia de entregar o diploma, não somos daquelas instituições que toma lá o teu diploma e agora vai à tua vida, não nós temos um gabinete que, uma das funções que tem é investir na empregabilidade dos nossos alunos e temos obtido alguns resultados. Também ao nível do ensino superior, nós temos estes dados todos quantificados, são sempre entre 15 a 20% dos alunos que optam por esta via de ensino

Entrevistadora: Que ingressam no ensino superior.

Luciano Vitorino: É. Ingressam no ensino superior e encorajamos cada vez mais os alunos. Obviamente que ao falarmos de empregabilidade, não quero que a minha mensagem passe que é exclusivamente a empregabilidade. A empregabilidade implica, desde logo, sucesso, significa “não abandonai”, significa “não faltai”, significa terem apoio pedagógico em todos os módulos, em todas as disciplinas, acho que o sucesso significa inclusão.

Entrevistadora: No seguimento, que necessidades, ao nível da inclusão, é que encontram?

Luciano Vitorino: Como digo, as minhas respostas podem não ir ao encontro daquilo que pretende, mas nós temos desde logo, ao nível da inclusão... vou dar-lhe aqui um exemplo concreto. Ontem a equipa pedagógica de uma turma do 11º ano estivemos reunidos com os alunos e encarregados de educação até às 8,30h precisamente porque é uma turma com ótimos miúdos, todos eles com muito potencial, ótimas possibilidades de conseguir ir para uma engenharia, são miúdos muito competentes mas têm um problema: são autênticas crianças e é um grupo enorme. Um dos obstáculos à tal inclusão é esta legislação, termos turmas com esta dimensão. Nós temos uma turma com 18, uma com 20, três com 22, uma com 24 e todas as outras com 27, 28, 30 alunos.

Entrevistadora: É horrível.

Luciano Vitorino: É muito difícil fazer ensino de qualidade, ainda por cima ensino técnico, prático, é muito difícil, é uma tarefa hercúlea para o professor ou ao formador fazer uma formação de qualidade, que é aquilo que nós pretendemos, mas é um desafio enorme e isto é um desafio, desde logo à inclusão. Mas voltando à história que eu estava a dizer que é quando os miúdos são mal comportados, no sentido em que, são bons miúdos, têm muitas capacidades, mas no sentido em que quando começam, é uma bola de neve e não sabem parar, apesar de estarem no 11º ano. Eu dei este exemplo porque os pais perguntam, mas porque é que vocês não identificam o problema e não colocam na rua e a minha resposta foi óbvia: “porque a nossa Escola é uma escola inclusiva”; isto é, nós não desistimos dos nossos alunos com facilidade, tanto ao nível do insucesso como ao nível da indisciplina, nós não vamos muito atrás de sanções penalizadoras, mas procuramos é medidas que de alguma forma sejam corretivas, por isso a resposta ao encarregado de educação. Procuramos ser uma escola inclusiva, isto é, também dar oportunidades, eu pessoalmente acredito muito naquela frase dita por um dos grandes líderes a nível mundial: Nelson Mandela “o importante não é, neste caso, o miúdo cair o importante é ele saber levantar-se cada vez que cai”. Nós aqui procuramos dar oportunidades aos nossos alunos. Temos aqui um aluno que já cumpriu uma leve pena, depois de ter várias participações disciplinares, por mau comportamento; a tentação e os pedidos para o mandar para casa já foram vários, mas por exemplo, a medida que ele está a cumprir é fazer trabalho comunitário no Centro de Educação Especial “O Ninho”. Nós procuramos sempre, além de conversarmos muito, damos todas as oportunidades para não procuramos respostas fora do Sistema.

Entrevistadora: Já agora, como está a ser a experiência dele?

Luciano Vitorino: A experiência está a ser boa, mas infelizmente já reincidiu novamente. Mas ele lá esteve excelente.

Entrevistadora: E em termos pedagógicos, de necessidades de aprendizagem...

Luciano Vitorino: Sim, peço desculpa, perdi-me aí. O resultado do que eu vou dizer é exatamente o mesmo que leva a que as turmas sejam numerosas, isto é, a crise económica, obviamente que a escola precisava de mais acompanhamento, é uma dificuldade que nós temos, e que se prende com outra questão que é: nós somos uma escola que procura fazer uma formação de qualidade. Por essa via, nós temos 40 professores/formadores, em que apenas 5 são do quadro da escola, a maioria deles vem do mercado de trabalho. Achamos nós, acham as empresas que isso garante mais qualidade na formação dos jovens, isto é, são quadros superiores de empresas, com os quais a escola tem parceria, em que esses quadros, das empresas, vêm aqui uma manhã por semana, ou duas, por semana, ou de tarde, vêm aqui fazer formação aos alunos. Obviamente que as empresas não fazem isto à toa, usam isto como responsabilidade social, por outro lado também é uma forma de obter mão de obra qualificada, vêm aqui ensiná-los e depois levam-nos. Assim, temos algumas dificuldades, pois temos apenas 5 professores mais um gabinete de apoio técnico. Temos aqui logo uma grande dificuldade que é não conseguir dar apoio a alunos com grandes dificuldades de aprendizagem ou com necessidades educativas especiais (NEE) de carácter mais ou menos profundo, nós não conseguimos, de facto atender a essas necessidades. Já cá tivemos uma situação, mas não correu bem, mas pronto, nós não podemos ter “sol na eira e chuva no nabal”, esse é que é o grande problema. Já tivemos de recusar alunos com essas características, não é significativo, mas já tivemos de o fazer. Foi uma má experiência, não conseguimos dar uma resposta à altura das dificuldades e como esses alunos merecem.

Entrevistadora: É um facto que sendo um ensino muito prático é facilitador de determinados perfis dos jovens.

Luciano Vitorino: Vamos lá ver, isto é um curso técnico, mas há cursos técnicos, vou só dar um exemplo: gestão de transportes, em que estudam muito; auxiliar de saúde são cursos que implicam estudar muito e efetivamente há muitos alunos que não conseguem. Mesmo o caso da situação que correu mal, a mim sensibilizou-me aquele jovem de 19 anos chorar e não ter conseguido chegar lá, pronto, porque não teve o apoio, a escola não conseguiu. Para entender isto com alguma clareza, quando falamos no curso, o curso era eletrónica, automação e

instrumentação, é preciso saber muita coisa, códigos, esquemas de automação, nem todos os miúdos conseguem. O objetivo de um curso profissional é de formar técnicos intermédios, isto é, ao contrário do que acontece com as pessoas que estão naquela idade dos 40 ou 50 anos são pessoas que estão habilitadas para desempenhar aquelas funções mas têm um conhecimento subjacente à atividade, os jovens têm de aprender e de trabalhar muito e há determinados miúdos que, neste modelo não conseguem chegar lá, se não forem apoiados e portanto temos aqui lacunas e uma delas é de facto a falta de um professor de apoio.

Entrevistadora: A perspetiva da escola é sempre de dar resposta?

Luciano Vitorino: Dar resposta, mas tendo consciência que há limitações, não podemos enganar o nosso cliente, nem as famílias, não podemos enganá-los. Digo isto mas não quero que a Catarina leve daqui uma ideia ou má impressão, aconteceu com 2 ou 3 casos, neste momento lembro-me do João, mas eram situações muito complicadas.

Entrevistadora: Situações complicadas de gerir ...

Luciano Vitorino: Estou a lembrar-me de uma outra miúda que esteve aqui, a Daniela. Nós temos uma página no Facebook mais ou menos ativa, estamos sempre com muitos projetos, temos neste momento 39 alunos a estagiar no estrangeiro, a página é ativa e a miúda esteve aqui a falar comigo, e até veio também a psicóloga da Fernando Casimiro, porque seguia a página e queria muito vir para esta escola, era uma miúda com necessidades educativas especiais, profundas, enfim, profundas, depende do conceito de profundas, mas com um nível cognitivo baixo, eu sentado aqui e ela ali e ela desatou a chorar quando lhe disse que não tínhamos capacidade para a receber, porque a íamos enganar! A psicóloga também percebeu. Acho que não temos o direito de enganar os jovens. Não tem nada a ver com selecionar os alunos, não tem nada a ver com isso, mas também não podemos enganar os jovens e as famílias.

Entrevistadora: Luciano, este vosso trabalho, esta forma de atuação, os valores e também esta transparência de que forma é que esta situação é comunicada para o exterior? Quer seja formal ou informalmente, nas reuniões de pais, ou aos pais diretamente...

Luciano Vitorino: A nossa política é inclusiva é comunicada abertamente. Nós aqui não temos uma cadeia de comando. Como lhe dei o exemplo, eu próprio é que conduzi a reunião por causa da situação do comportamento destes jovens desta turma. Os professores da turma cada um deles dá o feedback específico de cada disciplina. Normalmente sou eu que faço as

reuniões de início do ano com todos os alunos, sou eu que faço a reunião com os encarregados de educação de início do ano, sempre, sempre, embora o diretor de turma e o diretor de curso estejam presentes. São explicadas as regras, os objetivos, os princípios da escola, em que os encarregados de educação são colocados a par de todos os detalhes da vida da escola e daquele que será o percurso escolar dos seus educandos. Eu próprio agarro no telefone, hoje falámos às 10h, mas às nove menos um quarto tinha aqui uma encarregada de educação. Noutra escola falaria provavelmente com o diretor de turma, aqui também fala, mas por acaso a diretora de turma estava a dar aulas e fui eu, fui eu que recebi a senhora, estivemos um bocado à conversa. Aqui não implica aquela hierarquia, quem estiver disponível é que fala, e o diretor pedagógico se sentir que a questão merece uma atenção mais detalhada vai e trata.

Entrevistadora: Já agora também para transmitir estas questões...

Luciano Vitorino: Todas.

Entrevistadora: Comunicação formal, existe a página do Facebook...?

Luciano Vitorino: Existe a página e existe...

Entrevistadora: Jornais, também, não é?

Luciano Vitorino: Sim também os jornais. Nós aqui na escola, eu costumo dizer que... as escolas públicas estavam habituadas a estarem ali “esparrameiradas” e os alunos caíam lá naturalmente; essa é a maior razão, além da razão demográfica, que leva as escolas públicas hoje tenham poucos alunos. Nós aqui, graças a Deus e a Nosso Senhor Jesus Cristo temos a escola a rebentar pelas costuras, felizmente. Porque obviamente nós não somos perfeitos, longe disso, mas procuramos trabalhar muito, nós apostamos de facto muito na comunicação, seja através do site, seja através do face, seja através do envio de informação para a imprensa escrita e online, seja através de publicações, nós temos 3 publicações periódicas, 2 delas online, um jornal que saiu em fevereiro, uma revista que saiu em maio e depois temos uma publicação que é mais dirigida às empresas e às entidades oficiais, que se chama “Portefólio” onde está tudo, a nossa formação, objetivos, valores e atividades, cujo objetivo é darmos a conhecer o que nós temos aqui com o intuito de promover a empregabilidade dos alunos. Para além disto participamos em sessões de informação para a qual somos convidados, em em Caldas, Óbidos, Peniche, Azambuja; quando nos convidam, nós participamos sempre em sessões de informação.

Entrevistadora: Noutras escolas?

Luciano Vitorino: Às vezes não só propriamente em escolas, são as próprias Câmaras Municipais que organizam estas sessões.

Entrevistadora: Com várias escolas?

Luciano Vitorino: Sim. Sim.

Entrevistadora: Estes valores de trabalho sempre na ótica do trabalho inclusivo, constam do regulamento da escola? Constan da legislação que a escola tem de seguir?

Luciano Vitorino: Constan da legislação oficial.

Entrevistadora: Claramente?

Luciano Vitorino: Sim, claramente. Embora, permita-me aqui um parêntese, há coisas que me parecem perfeitamente ridículas. Por exemplo, por causa da igualdade de género, agora todos os documentos oficiais têm que ser mudados, também está relacionado com a inclusão não é, então não é “um aluno”, é “um (uma) aluno (aluna)”, depois não é “tem curso final de técnico de comércio” é “técnico (técnica) de comércio”. Não é assim que conseguem a igualdade de género, mas pronto existe muita legislação, também está contida na legislação interna, regulamento interno, nos diversos regulamentos da escola, no regulamento da formação em contexto de trabalho. Eu acho que o mais importante é a vivência, o dia a dia, isso é que é o mais importante, não é terminologia, mas estar no modus operando, e isso efetivamente está. O que não significa que sejamos perfeitos relativamente à necessidade de incluir.

Entrevistadora: Em termos da distribuição das tarefas e responsabilidades dentro da escola? Existem elementos que têm responsabilidade mais diretamente relacionada com estas questões?

Luciano Vitorino: Isto não é visto cá dentro como uma questão formal. É uma preocupação que temos, aliás nas candidaturas tenho estado a trabalhar aqui existem campos específicos para nós falarmos acerca da igualdade de género, acerca da inclusão. É uma preocupação, é uma obrigação, uma obrigação legal e uma obrigação moral e é uma preocupação de todos. É falado nas reuniões periódicas que temos, nomeadamente nas reuniões do Conselho Pedagógico sempre. A preocupação é geral para que a escola possa responder o melhor possível a estas questões.

Entrevistadora: O Luciano, pelo que me apercebi, é talvez uma das pessoas com mais ação neste campo.

Luciano Vitorino: Sim.

Entrevistadora: Talvez a psicóloga, também...

Luciano Vitorino: Psicólogas, nós temos duas, mas só uma é que desempenha as funções de psicóloga educacional, a outra está mais com os projetos. Estou a falar em projetos para lhe dar o exemplo porque, obviamente embora nós sejamos uma escola inclusiva mas infelizmente está muito virada para os rapazes, nós temos respostas que correspondem mais às necessidades dos rapazes. Nós temos 2/3 de rapazes para 1/3 de raparigas. Gostaríamos de ter mais, mas nós trabalhamos em articulação com o mercado de trabalho e o mercado diz-nos que esta oferta é aquilo que a região precisa e a empregabilidade diz-nos isso mesmo. Não querendo misturar tudo, mas temos um Conselho Consultivo e é dali que sai a obrigação e decisão do Conselho Consultivo, normalmente é respeitado, são os colegas e nós tomamos em boa conta as sugestões deles. Portanto as sugestões deles fazem com que tenhamos 2/3 de rapazes e 1/3 de raparigas, já foi pior! Já foi pior! Desde que eu cá estou, há 6 anos, nunca foi melhor, é o melhor rácio que nós temos até agora. O que nós temos tentado fazer é atrair raparigas para, porque não haver raparigas em instalações elétricas, em energias renováveis? E vamos conseguindo ter algumas. É verdade, acho que me perdi um pouco...

Entrevistadora: Estávamos a falar das funções das psicólogas.

Luciano Vitorino: Ah! Sim, temos 39 alunos a estagiar (rapazes e raparigas). Fazemos provas de seleção. Nas candidaturas aos projetos ERASMUS +, é muito bem vista esta política de inclusão, igualdade de género, igualdade de oportunidades e nós também, volto a dizer, por razões morais, criamos sempre uma porta, quotas, para alunos com NEE e para raparigas, se não corríamos o risco de ter apenas rapazes, pelo que temos muitas raparigas a estagiar, em Itália em 10 temos 5, em Málaga – Espanha - em 14 temos 3 raparigas; na Estónia temos só rapazes, a única rapariga que poderia ser candidata não quis ir; em Don Benito, também em Espanha, temos 4 raparigas em 8 estagiários.

Entrevistadora: Luciano, isto foi uma ideia, uma iniciativa da Escola? É bem visto pela candidatura mas não é obrigatório, ou é?

Luciano Vitorino: Não, não é obrigatório, mas ele existe essa ponderação.

Entrevistadora: Ah, está contemplado na candidatura, faz parte?

Luciano Vitorino: Pode não fazer. Mas é uma majoração para a candidatura e é de boa prática respeitar estes trâmites, e novamente achamos que é uma obrigação moral.

Entrevistadora: Em termos da Assembleia da República também existem quotas para, não existem?

Luciano Vitorino: Existem.

Entrevistadora: Ok. Continuando... É esquisito que tenha que haver quotas, não é? Até na assembleia da República, não deveria ter que ser dito que tem que haver um mínimo de...

Luciano Vitorino: Eu acho que deveria ser algo natural.

Entrevistadora: Pois. Andam à procura delas, salvo seja, para “cumprir calendário”.

Luciano Vitorino: Exatamente. Aqui há tempos falou-se que nos próprios Conselhos de Administração das empresas, que iriam ser impostas quotas novas. Eu acho isto ridículo. Devem ser criadas condições para as mulheres terem efetivamente igualdade de oportunidades. Eu vejo, na Estónia, e eu estive lá, além destes 39 alunos dos estágios, os próprios elementos do Staff também fizeram mobilidade, mais propriamente 7 pessoas, fizeram mobilidade com o objetivo de observar boas práticas para nos podermos enriquecer. Durante 15 dias. O que me surpreendeu foi a quantidade de grávidas, mas mesmo enormíssima de grávidas, ou recém-mães a passear com os seus filhos. Eles têm, o pai e a mãe, podem dividir entre si 18 meses de licença. Se compararmos com os nossos 4 meses...

Entrevistadora: É triste! Em relação à perceção da entidade, do sucesso e da recetividade das medidas que implementa? E da forma de atuar, também, dentro da inclusão. O Luciano há pouco, centrou-se talvez... faz parte da sensibilidade das pessoas, focou-se nos casos menos positivos, mas também os há positivos. Qual é a vossa perceção, sobre isto?

Luciano Vitorino: Se eu não estiver a responder ou a ir ao encontro, já sabe que pode reorientar-me. Nós fazemos um questionário... nós temos que saber... os alunos não nos caem aqui naturalmente, os pais só passam aqui com eles para irem para a Escola Secundária e nem reparam que nós estamos aqui; eu digo isto porque, eu sou professor do quadro da Escola Secundária e estou aqui requisitado. Eu passei ali 12 a 15 anos, e eu nem reparava, poucas vezes reparava neste edifício. Ou seja, o que eu quero dizer com isto, é que nós precisamos

de ir buscar os alunos, e precisamos de perceber o que faz com que eles queiram vir. E a principal forma é o passa a palavra das nossas iniciativas, da formação que fazemos, das atividades em que nos envolvemos, dos projetos, é isso que faz com que a palavra passe. E os miúdos também, naturalmente. Temos muitos irmãos, primos, filhos de ex alunos da Escola e eu penso que as pessoas percebem os nossos valores, a nossa missão, os nossos princípios e a forma como trabalhamos. Aspetos positivos, eu lembro-me sempre do João Silva, das Alcobertas é um exemplo disso, de inclusão. Não uso esta palavra só porque estamos agora a falar nisto, é a palavra que eu habitualmente uso, costumo dar o exemplo, a propósito de inclusão, deste jovem. Foi um jovem que veio para aqui, vindo da escola secundária, com um CEF, um aluno que seguia caminhos tortuosos, com um currículo de processos disciplinares grande e veio para aqui porque, como digo, seguia caminhos tortuosos ... e era um aluno que nos criou uma série de problemas. Isto é uma escola pública, numa parceria local, tem um Conselho de Administração, e houve dois episódios particularmente graves com este aluno e eu, inclusive fui pressionado por órgãos da própria Administração para o expulsar, e havia matéria mais que suficiente para o expulsar, mas a verdade é que eu, e a Escola, que não fui eu, foi a Escola, nunca desistimos do João e a verdade é que ele, era um miúdo inteligente, e acabou o curso. Depois arranjou uma namorada que foi nossa aliada e ajudou-o e ele acabou o curso com mérito e distinção. Ele fez uma PAF fantástica, um aluno que teve tantos problemas e um percurso tão complicado e depois consegui corrigir a trajetória e só precisou que alguém lhe desse a mão. Eu costumo dizer que nós criamos oportunidades, eles é que têm que as aproveitar/desfrutar.

Entrevistadora: São muito giras essas experiências. Em relação a dificuldades de locomoção... invisuais...

Luciano Vitorino: Tivemos sim, invisuais não, mas tivemos o Gonçalo de cadeira de rodas, teve um acidente de carro, ficou paraplégico, mas ele é um tipo com uma personalidade fantástica, passa uma mensagem excelente, foi presidente da associação de estudantes, é um líder. A escola já estava preparada, demos-lhe a chave do elevador e pronto.

Entrevistadora: Então Luciano, pensando no contexto da sala de aula, existirão diferentes perfis de aprendizagem, provavelmente os professores umas vezes terão que explicar numa forma, outras vezes doutra, podem ter que adaptar os materiais de avaliação, existirá provavelmente facilidade em fazer avaliações práticas, complementado com a teórica naturalmente, mas no ensino profissional a preponderância da prática é maior do que noutros tipos de ensino.

Luciano Vitorino: Todos os cursos têm componente técnica, e científica e cerca de 60% é formação em contexto de trabalho, ou seja é prática. Em contexto de sala de aula seria muito interessante a possibilidade de haver par pedagógico, pelo menos em algumas disciplinas, mas a verdade é que nós não nadamos em dinheiro, não somos uma escola privada. Nós temos um budget anual por turma e nós temos que o gerir, e a verdade é que este budget está cada vez mais esmagado, porque aumentaram as horas da formação em contexto de trabalho, mas o dinheiro para pagar os acompanhamentos é o mesmo, aumentou o número de alunos por turma mas o dinheiro para comprar material levou um corte de 5%. Se nós temos que comprar ferro para as oficinas, comprar para 22, não é o mesmo que comprar para 30... existem aqui estrangulamentos grandes. Agora se nós trabalhamos com quadros de empresas, eles têm pouca sensibilidade pedagógica para estas questões, é uma dificuldade. No entanto, demos um passo de gigante no sentido de colmatar esta situação da sala de aula, já que não podemos continuar a usar na sala de aula as práticas letivas do séc. XX, os alunos hoje são diferentes e hoje estão todos na escola, que antes não estavam, e estão habituados a ferramentas tecnológicas, não podem estar ali a ouvir debitar matéria, eu tenho essa batalha internamente porque a resistência à mudança é de facto grande, e eu digo sempre que é o facto de eu ter sido um bom professor, ou professora há uns anos atrás não garante que o seja atualmente. A solução que a escola encontrou no meio deste constrangimento todo orçamental foi, há cerca de 2 anos, propor uma formação ministrada pela Universidade Católica, para um ano letivo, para 20 professores e formadores, que significou um investimento de 6.000 euros neste cenário, isto prova o quanto para mim era importante fazer entender aos meus colaboradores a necessidade de mudar. Claro que as mudanças não se processam ao ritmo que eu gostaria, mas esta formação está a conseguir a tal diferenciação pedagógica, como diz uma colaboradora nossa se eles têm todos pés diferentes não lhes podemos calçar os mesmos sapatos, ora quando se faz uma ficha ou seja o que for a abordagem tem que ser diferente para cada um porque eles também são diferentes. A diferenciação pedagógica, a valorização da avaliação formativa, a articulação entre disciplinas, isso é uma batalha que há muitos anos me preocupa, porque me preocupa quando os alunos perguntam “para que é que serve?”. E eu penso que os professores em geral deviam ter muito mais preocupação com isto. Se lhes conseguirmos dar uma perspetiva integrada tudo será mais fácil. Portanto tentámos aqui entrar numa metodologia de trabalho que é a metodologia de projeto que permite a tal perspetiva integrada. Era, com a diferenciação pedagógica e a avaliação formativa, o objetivo da tal formação que se fez. É um caminho. É que as empresas não querem colaboradores que vão para lá fazer o que os que já lá estão fazem, querem é novos que tenham capacidade de pensar, que tenham o tal conhecimento aliado à ação.

Entrevistadora: Nesta ótica o que acha que ainda falta fazer, o que se segue?

Luciano Vitorino: É sempre possível melhorar. A situação financeira e as consequências disso no fundo. O tal professor de apoio. Nós temos feito muitas mobilidades internacionais, e em todas elas temos aprendido alguma coisa, quanto mais não seja que nós não somos assim tão maus. Em 2012 estive numa mobilidade em Hannover na Alemanha e uma das coisas que fiz foi assistir a aulas, e assisti a uma aula da terceira classe que nunca mais a esqueci. Eram 24 alunos, tinha 2 alunos com NEE e na sala de aula tinha 1 professor de apoio e uma auxiliar. É evidente que há outros meios. Eu lamento muito que o nosso país seja assim, e eu adoro o meu país, mas lamento muito estas situações. Os investimentos que eles fazem em educação são muitos e nós desinvestimos. Há muito que falta fazer, falta sensibilizar as pessoas, a questão da resistência a mudança, a comunicação célere entre todos os elementos da equipa pedagógica, há pessoas que vêm aqui duas vezes por semana como já disse, e há determinados problemas que ou o diretor de turma comunica por email ou outra forma com aquela pessoa de forma célere ou então o próprio formador também deveria procurar passar informação. Que eu me recorde são assim os maiores constrangimentos que nós temos.

Entrevistadora: Os pontos de melhoria.

Luciano Vitorino: Exato. Oportunidades de melhoria.

Entrevistadora: Bem, falamos já um pouco dos obstáculos e agora ia perguntar sobre os facilitadores.

Luciano Vitorino: Uma das coisas que tem aqui alguma influência, é que há 3, 4 anos atrás, e antes disso, o estigma à volta do ensino profissional era uma coisa medonha, não quer dizer que ele não exista ainda mas tem havido um bom trabalho no sentido de desmistificar e nós nesta região, não só rio maior, temos feito um trabalho notável, olhamos muito para o mercado e o mercado não olha só para a parte académica do currículo, precisa de agarrar noutras coisas, nós procuramos promover as softskills, as competências transversais, comportamentais, fazemo-lo através de projetos e não só, todas as turmas têm uma visita de estudo internacional para fazer por exemplo! Aqueles miúdos que em Abril foram a Munique e tiveram uma visita guiada à fábrica e museu da BMW, que é espetacular, eu acredito que estes miúdos vieram de lá com os olhos muito mais abertos, open mind! Se queremos ter adultos capazes de fazer uma cidadania responsável e ativa, numa geração muito diferente da nossa e dos nossos pais, temos que lhe dar outras oportunidades. É que não é só uma visita de estudo, é uma visita de estudo integrada num projeto muito mais vasto, em que eles estudam,

preparam-se, angariam fundos, escrevem cartas, vão às empresas pedir patrocínios, têm que falar em público, têm que ir à câmara pedir uma licença de ruído porque querem fazer um bailarico, falaram com a GNR porque queriam fazer uma prova de BTT, é todo o trabalho de preparação, e isto é o desenrascanço também muito importante. A nossa escola é a única instituição de ensino portuguesa que foi premiada nos dois maiores concursos mundiais de ciências da saúde! E ganharam também há dois anos o concurso de ciência na escola da fundação Ilídio Pinto com 20.000€. Desenvolvemos estas coisas todas para incluir, para motivar, para limpar a face do ensino profissional e é por tudo isto também que temos a escola cheia obviamente. E os alunos chegam ao fim de um modo geral e tratam a escola como família. Os facilitadores é sermos uma escola ágil, estamos atentos, conhecemo-nos todos, eu quando chego ao natal já sei o nome deles quase todos. Estamos muito atentos, temos esta política de apoiar e estar presente, e existe uma relação de proximidade. Nós temos clientes, claro, somos uma empresa, é verdade que não temos como objetivo o lucro, mas precisamos deles e temos que pensar dessa forma.

Entrevistadora: Que perceção é que acha que a comunidade possui sobre a escola, principalmente no campo da inclusão, mas claro que isto está muito esbatido naquilo que a escola faz.

Luciano Vitorino: Precisamente, e a tratarmos esta assunto à parte dos outros só ia levar aquela questão que falamos há pouco...

Entrevistadora: ...de isolamento.

Luciano Vitorino: É. Exato. Eu acho que a maioria das pessoas tem de nós uma boa imagem, a comunidade em geral, nós temos protocolos com cerca de 900 empresas, não são limitadas aqui à região. Se eles quiserem ir para Braga nós criamos condições para isso. É importante estes meninos largarem as saias das mães e as calças dos pais. Também temos outro tipo de parcerias, a Talenter por exemplo, vêm cá quadros superiores deles fazer formação extra “Como elaborar um CV”, “Como fazer uma carta de apresentação” e ontem foi sobre entrevistas. Tudo isto vale-nos empregabilidade, estágios com mais empresas

Entrevistadora: Estas parcerias são avaliadas, ou seja existe uma avaliação sobre a satisfação, as expectativas que têm? O que esperam mais da Escola Profissional?

Luciano Vitorino: Bem, do ponto de vista deles isto é-lhes vantajoso pela responsabilidade social. As administrações das empresas têm percebido que não podem só receber também têm que dar. Em Rio Maior também há bons exemplos disto. Nós vamos agora participar num

projeto de garantia da qualidade da educação e formação profissional a nível europeu. Estão a aplicar experimentalmente e fomos convidados para isso, e estamos a falar da ANQEP, e quem escolhe tem noção da nossa qualidade do nosso trabalho. Neste sistema temos que medir a perceção da satisfação do empregador que contrata os jovens que saem aqui da nossa escola.

Entrevistadora: E o comum cidadão de Rio Maior, qual acha que é a perceção que tem?

Luciano Vitorino: Não sei. Acho que tem vindo a crescer. O antigo diretor tinha uma mágoa em relação à população de Rio Maior porque a maioria dos alunos vinha de fora, nos últimos anos apesar de 46% ainda ser de fora, e ainda bem, é algo que me orgulha, mas temos crescido nos últimos anos em Rio Maior. Temos feito vários projetos com a Escola Marinhas do Sal, com os meninos com necessidades especiais, em que vêm às nossas oficinas, ou às salas de TIC, de eletrónica, é um projeto que eles têm nada e que nós ajudamos. No âmbito da internacionalização da escola, temos feito muitas coisas, temos espanhóis cá, vêm alunos da Estónia, da Alemanha, vêm para cá estagiar e até querem cá ficar.

Entrevistadora: Existe mais alguma colaboração com outras instituições de ensino aqui de Rio Maior, ou só a Marinhas do Sal.

Luciano Vitorino: Temos uma parceria com a Superior de Desporto para desenvolver formação especializada, vêm cá professores deles, e vão lá professores nossos, por exemplo no curso técnico de manutenção de piscinas há muita troca de conhecimentos e de elementos. Acho que Rio Maior tem uma boa perceção de nós, somos bons aceites, agora se calhar valorizam muito mais o nosso trabalho em Santarém, em Alcanede, do que aqui...

Entrevistadora: Hmmm, ok. E de futuro o que é que o Luciano acha que seja expectável para a escola e para a comunidade de Rio Maior.

Luciano Vitorino: O que eu espero em última instância é que nós estejamos a contribuir para o futuro dos miúdos, se conseguirmos através destes métodos da criatividade, open mind, soft skills, salvar 4 ou 5 cabeças por turma eu já me dou por muito satisfeito, esta é a geração do futuro, são os engenheiros de amanhã, os pensadores de amanhã, os cidadãos. E se conseguirmos que eles desenvolvam o pensamento crítico e a forma de pensar, somos bem sucedidos. Serem mais exigentes! Com eles próprios, com os nossos políticos, com a sociedade.

Entrevistadora: A empregabilidade faz-se muito aqui pelo concelho?

Luciano Vitorino: É geral. A Generis por exemplo veio fazer uma parceria conosco com o propósito principal de recrutar. Neste momento tem 3 lá estagiar, tem mais 3 para avançar! No concelho também se faz, depende do curso, não tanto no concelho, é mais na região! Até porque os alunos que vêm de outros concelhos não ficaram neste concelho. Até porque eles estão numa altura da vida que têm que arriscar, e é mandá-los aprender para fora, para outros sítios. Nós temos uma aluna a estagiar na Ericksson, dos telemóveis! Não é dizer que emigrem! Mas vão, aprendam e depois voltam.

Entrevistadora: É preciso alargar horizontes. Luciano da minha parte dou por concluída a entrevista. Há alguma coisa que o Luciano queira acrescentar sobre este assunto? Ou sobre as perguntas que coloquei.

Luciano Vitorino: Acho que não. Foi ótimo, já falei imenso, a Catarina vai ter imenso trabalho a meter sentido nisto tudo.

Entrevistadora: Não de todo, foi muito agradável, obrigado. Acho que foi muito evidente que há um gosto muito grande em fazer e fazem bem e é um tipo de ensino que tem os seus constrangimentos é certo mas também dá muita liberdade de trabalho não é, liberdade para criar, e isso também se reflete na mentalidade.

Luciano Vitorino: Pois, é verdade, nós não somos uma escola pública, mas por outro lado... a escola é uma empresa mas um constrangimento é... a escola foi criada por pessoas de visão há 24 anos, foi a câmara municipal, a associação de produtores agrícolas, e a associação empresarial do concelho, contudo em 2006 saiu uma lei, bastante posterior, e a escola passou a empresa municipal em 2010, isto no quotidiano da escola reflete-se muito pouco, mas em termos de cortes levamos por tabela como os funcionários públicos, ou seja, cortes salariais, não haver progressão de carreira desde 2008, não haver progressões de salário, e nós temos uma equipa jovem, com uma média de 34 anos, mas ao nível dos auxiliares estamos nos 51 de média, e isto tem impacto na motivação das pessoas, e as pessoas que vêm a idade da reforma a aproximar-se olham para as descontos que têm e vêm o caso muito mal parado. Claro que nós tentamos encontrar estratégias para contrariar isto, no natal damos um cartão oferta do Intermarché recheado, mas isso são *peanuts* não é, fazemos atividades outdoors, atividades de teambuilding, mas o dinheiro tb conta. É preciso uma dose extra de motivação. Ninguém gosta de andar de bolsos vazios.

Entrevistadora: Luciano, muito obrigada!

Entrevistado: José Albino

Função: Diretor da Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira

Local/data: Escola Dr. Augusto César da Silva Ferreira - 29/06/2016 - 10h30

Entrevistadora: Então Professor a primeira coisa que eu queria perguntar o âmbito da inclusão, não se pretende com a entrevista que eu explicito o que é, mas vá percebendo, ao longo da entrevista, qual o vosso conceito, o vosso ponto de vista sobre este assunto, como caracteriza o público alvo, quais os objetivos, que necessidades sentem neste campo... se é possível...

José Albino: A inclusão, connosco, é feita a muitos níveis...

Entrevistadora: Sim...

José Albino: É feita ao nível da sala de aula... na sala de aula é o sitio onde acontece tudo... Na sala de aula ... a Escola procurou sempre, ao longo dos últimos anos, ter uma cultura de inclusão. Quer ao nível do género, quer ao nível das idades, quer ao nível dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE). Temos na Escola uma grande tradição de trabalhar com alunos com NEE. Quer nas TIC, ao nível do que a lei prevê. Ao longo dos últimos anos tem havido também uma inclusão diferente com a chegada à escola de alunos de outras nacionalidades. Temos um número relativamente grande de alunos com nacionalidade diferente da portuguesa. Temos ucranianos, moldavos, brasileiros... os brasileiros nos últimos anos, por causa da nossa crise económica, houve um decréscimo, agora estão a voltar. Temos também ao nível do ensino de adultos. Neste, temos adultos que aprendem o português, temos tido uma média de duas turmas por ano e é a única escola na região que promove a inclusão a esse nível. Faz parte do processo de evolução da escola pública, dar continuidade ao processo de inclusão dos alunos com nacionalidades diferentes.

Entrevistadora: E cursos profissionais também?

José Albino: Sim, temos cursos profissionais, cursos vocacionais, temos praticamente toda a oferta de acordo com o Ministério da Educação...

Entrevistadora: No âmbito da escolaridade obrigatória algumas coisas vão mudar... qual a sua perspetiva?

José Albino: Sim, mas neste caso e numa escola pública como esta não tem grande impacto. Já não havia praticamente abandono dos alunos na situação recente. Poderá haver uma pequena percentagem de alunos que estão na escola, mas eles já estavam! Em Rio Maior o abandono escolar, aqui na Escola Secundária, é nulo. Estamos num ensino obrigatório, os alunos já o faziam. Isso é mais um mito que se criou. Grande parte das escolas, nomeadamente nas escolas do centro das grandes cidades e litoral, já acontecia, portanto não se acrescentou nada.

Entrevistadora: Prevê que.... falo nisto porque já entrevistei o Dr. Marco do CEE O Ninho, sei que há um plano de ação para uns meninos que para aqui virão, o qual prevê que no próximo ano iniciem com as terapias aqui na Escola?

José Albino: Vão haver aqui uns meninos ... aqueles chamados “casos mais pesados” do que aquilo que temos tido até aqui Então... vamos ter que nos adaptar... a Escola pública é assim!...

Entrevistadora: Pois, exato ...

José Albino: Aliás, o Ninho já há muitos anos que têm vindo aqui à Escola... adaptamo-nos e tentamos fazer o melhor...

Entrevistadora: Já existe essa preocupação, é natural e é bom! O professor falava que de facto o central, a base, é o que acontece dentro da sala de aula. Estamos perante a diferenciação pedagógica, por exemplo?

José Albino: Estamos falar na diferenciação pedagógica! O nosso programa, o programa que o Ministério está neste momento a desenvolver, aponta para isso mesmo. Nós temos, por exemplo, situações de codocência, de turmas reduzidas. Vamos iniciar para o próximo ano o projeto Fenix, que visa basicamente a diferenciação na sala de aula.

Entrevistadora: Já é uma prática na Escola, como já é um hábito, a equipa está preparada para, ou acha que constitui um desafio?

José Albino: Esta escola, como grande parte das escolas públicas são escolas experientes, são escolas muito experientes! São escolas têm um grande know-how, que têm um número elevado de pessoas com pós graduações nessa área e tem-se feito formação nessa área e tem de se continuar a fazer. A moda já passou por tantas coisas... uma moda que não é nova...eu já ouvi falar em tantas coisas...e as pessoas acham sempre que “esta agora é que é” ... atualmente

a medida é formação de professores em diferenciação pedagógica. Como acabei de dizer, já se fez muita vez, mas....

Entrevistadora: Não acha que às vezes é mais um “chavão” do que uma prática corrente?

José Albino: Na realidade os resultados que nós temos, nomeadamente no secundário, nós só poderíamos chegar a estes resultados com um grande trabalho.... Somos uma escola que temos resultados escolares muito acima do esperado para o nosso concelho. Todos os anos conseguimos colocar alunos no ensino superior, em número e qualidade que mostram isso mesmo. Ou seja, não tenhamos ideia que estamos a insistir num assunto onde não vale a pena. Pode às vezes não estar enquadrado nesta medida, mas ele existe.

Entrevistadora: O facto da equipa ser estável também contribui muito para isso... quando eu estudava cá os professor já cá estavam há muito tempo, não mudou muito, pois não? Logo uma continuidade pedagógica é igualmente importante.

José Albino: Pois, esse é um facto uma equipa pedagógica estável. A nossa escola também tem uma oferta diferente da maior parte das escolas. Nós temos também ensino de adultos aqui na escola e ensino de adultos em sistema prisional, isso faz com que tenhamos a possibilidade de abranger um público muito diversificado. Estamos habituados a trabalhar com um público muito diferente.

Entrevistadora: O que é muito vantajoso...

José Albino: Sim. Nós quando estamos no ensino do prosseguimento de estudos, tem de haver um grande grau de exigência, nós temos de ter a perceção que, havendo uma avaliação externa, com exames, não há muito fazer ...

Entrevistadora: Mas faz parte!

José Albino: Pois. Agora se nós pensarmos no básico.... O básico em Rio Maior tem 3 escolas e a nossa escola aqui é a escola que recebe alunos de outras escolas, trabalhamos com alunos oriundos de outras escolas. Começa por nós percebermos que os públicos são efetivamente diferentes e nós temos a perceção disso. Aquela ideia de dar uma aula para um aluno médio era o clássico há 30/40 anos, como quando eu estudei no ensino secundário, já não é possível.

Entrevistadora: Acabou...

José Albino: Não é possível. Hoje não é possível. Hoje com o ensino obrigatório, nós temos de chegar a todos.

Entrevistadora: Falemos agora um pouco na perceção que a população de Rio Maior tem sobre esta perspetiva da escola secundária... esta mensagem passa... a informação chega lá fora?

José Albino: Demora muito. Não sei se chega...

Entrevistadora: Ela já é antiga...

José Albino: É uma escola que faz 100 anos, dentro de poucos anos. A escola comercial e nós somos a herdeira da escola comercial. A imagem que a Escola tem é de uma escola que tem perdurado no tempo e que tem tido ao longo destes anos um desempenho claramente acima do esperado. Se pegarmos nos indicadores sócio económicos de Rio Maior e pegarmos no desempenho da escola vimos que a escola tem resultados muito vantajosos em relação aos níveis sócio económicos do concelho. A nossa escola nos resultados externos, quer na avaliação da DGE, quer na avaliação externa dos exames dos nossos alunos, tem resultados muito acima do esperado. Há escolas na região onde isso não acontece. Agora se essa imagem passa para todas as pessoas... não sei. É uma questão de um estudo de mercado que a escola pública não se dedica a essas coisas. A perceção que eu tenho é que é uma escola que tem tido um bom desempenho. Na avaliação que nós fazemos, nós temos um sistema montado de autoavaliação, o CAF Educação, com toda a comunidade escolar, os nossos resultados são conhecidos por isso. Nós temos uma auditoria interna e os indicadores são bons.

Entrevistadora: Em termos de comunicação, existe o site...

José Albino: A escola pública tem de ter uma comunicação... a escola pública não é uma escola que vende sapatos... nós prestamos um serviço... uma escola pública não pode ter uma comunicação semelhante a uma escola privada. Tem de ter uma comunicação um pouco mais austera, de algum recato... não pode estar sistematicamente... nem temos verba para isso, nem possibilidades de investir o que não temos... investir em publicidade. Aqui ao lado a Profissional tem que vender e fazer-se chegar aos alunos.

Entrevistadora: É muito diferente.

José Albino: É muito diferente, têm que vender uma imagem. É mesmo assim, faz parte. Uma imagem que às vezes nem corresponde. Uma escola pública tem de ser comedida com uma

publicidade muito institucional... aliás eu não posso ir buscar alunos a outros concelhos, os nossos alunos são do nosso concelho, existem as redes escolares. Uma escola privada pode.

Entrevistadora: Será uma parceria que existe com a comunidade, a publicidade por si só não será suficiente.

José Albino: Neste momento, nós temos nos jornais locais “Região de Rio Maior” e no “Comércio e Notícias” onde temos uma página de abertura em nome da Escola. Nós não vendemos a Escola enquanto resultados, nós vendemos a Escola enquanto oferta. Os resultados falam por si.

Entrevistadora: Em termos normativos, estamos a falar do Dec. Lei n.º 3/2008... neste campo... existe também a Portaria que pretende regulamentar os PIT e...

José Albino: Nós temos legislação específica para os alunos com NEE. Mas a inclusão é transversal desde a Lei de Bases do Sistema Educativo, ao Dec. Lei da gestão, da regulação da constituição de turmas... toda a legislação de que nós temos conhecimento regula tudo, agora estamos a falar só das NEE, é isso, mas a inclusão não é só isso. É algo que tem de ser visto como um todo. A inclusão não pode ser vista dessa maneira, é uma perspetiva absolutamente redutora. A escola tem de tentar incluir todos os alunos que ao nível da comunidade, apresentem diferenças significativas. Caso contrário teríamos uma perspetiva completamente enviesada da inclusão.

Entrevistadora: Não inclusiva.

José Albino: Não inclusiva pois, a escola é muito mais do que isso, a escola está aqui para servir todos os públicos que nos chegam da comunidade com as suas diferentes dificuldades...

Entrevistadora: É verdade.

José Albino: Tem que se respeitar quem nos chega e como nos chega... quer ao nível das características, quer da religião, das dificuldades, da identidade própria de cada um tem que ser respeitada.... Qual é o grande problema que nós temos em Rio Maior ao nível da inclusão? Não é o problema dos NEEs... é o problema da comunidade cigana... o abandono escolar das meninas. Vamos ver se agora com este projeto que o Ministério está a lançar... Nós temos em Rio Maior meninas com 11 e 12 anos que são casadas pela família e que deixam de vir à escola e aí esbarramos com esta realidade, não existe inclusão... criam-se problemas muito complexos. Nós temos uma espiral.... e estamos muito preocupados.... Em relação aos alunos

com NEE a situação está parcialmente resolvida, existe um grande trabalho feito, existe muita coisa realizada a este nível, existe até, em Rio Maior uma instituição “O CEE O Ninho”, com resposta específica para os casos mais complexos. Continuo a afirmar: nunca se esqueçam, nunca se esqueçam que o grande problema de Rio Maior, nessa perspetiva, é claramente a comunidade cigana.

Entrevistadora: Acha que essa perspetiva existe noutras instituições? José Albino: Os diretores da Escola e dos agrupamentos têm mostrado preocupação e trabalhado sobre isto, mas o que existe? O que existe é que nunca passou por esta Escola uma aluna da comunidade cigana...

Entrevistadora: Logo aí está um indicador...

José Albino: Pois, está tudo dito. Este problema existe... O que é que nós temos feito? Em termos legislativos, o que nós fazemos é arquivar por “motivos culturais” e até à data ninguém conseguiu que isto não acontecesse. Todas as comunicações que são feitas, inclusive as comunicações institucionais são arquivadas pelo mesmo motivo “motivos culturais”. Agora como é que isto se resolve?

Entrevistadora: É um problema geral, nesse aspeto, ou acha que é um problema específico aqui de Rio Maior?

José Albino: A nossa comunidade cigana é diferente. Por exemplo, a comunidade mais a sul do distrito de Santarém tem hábitos diferentes, estão mais enquadrados, trabalham... os nossos trabalham no campo em trabalhos sazonais... e no comércio ambulante....

Entrevistadora: Sim e em termos do organigrama da escola Secundária, quantos elementos têm responsabilidade nestas questões?

José Albino: O organigrama é um organigrama completo, normal da escola, está descrito num modelo de escola pública: diretor, subdiretor, adjuntos, coordenadores de departamento, subcoordenadores, depois temos os professores de apoio do ensino especial, os professores da escola e todos as outras pessoas da Escola.

Entrevistadora: Acha que todas as pessoas estão alertadas para esta situação? Ou existe alguém mais responsável por gerir estas questões?

José Albino: Não... a pessoa que trabalha especificamente com os alunos com NEE é o professor de apoio... mas eles estão integrados em turmas regulares... estão integrados em

turmas, ainda que nalguns casos a integração nas turmas é mais sob o aspeto social e institucional, nos casos mais difíceis. O organigrama de uma escola pública é muito o clássico...

Entrevistadora: Sim, sim... era apenas aqui a questão de abordarmos as responsabilidades neste campo. Em relação ao sucesso da aplicabilidade destas medidas, acha que existe sucesso?

José Albino: Sim, há sucesso, nós temos isso quantificado.... Temos isso sempre quantificado.

Entrevistadora: Acha que há muito a fazer? É difícil avançar nesta área?...

José Albino: Há sempre mais a fazer, pronto. O trabalho na parte educativa não acaba. Agora tem que se ver é a relação entre o custo e a oportunidade daquilo que nos permitem fazer. Digo sempre que é preciso fazer melhor. Agora há recursos para isso? Há dinheiro para contratar esses recursos? Este ano parece que vai haver grandes medidas que estão em marcha... é financiado pelo POPH...

Entrevistadora: Acha que está a ser difícil desbravar caminho?

José Albino: O caminho está desbravado. O caminho é conhecido. Neste contexto não tem sido possível fazer mais. Tem-se feito muito, tem-se feito muito com os recursos que temos. Pode sempre fazer-se mais, pode sempre fazer-se mais... mas... tenhamos ideia que é preciso recursos...recursos humanos, neste caso, essencialmente recursos humanos. A Escola neste momento tem um professor de apoio e tem horário de meio psicólogo, não tem mais ninguém com formação específica, depois tem os professores. Ora com estes recursos que nós temos, eu acho que, com o que temos, nós fazemos muito! Agora a Escola precisava de ter um assistente social, um psicólogo clínico, precisava de ter técnicos, nenhuma escola tem um psicólogo clínico, só nas escola TEIP que têm um conjunto de recursos humanos que nós não temos, agora é assim, um psicólogo clínico faz muita falta nesta escola...

Entrevistadora: Para além deste obstáculo, há mais algum que identifique?

José Albino: Tem que haver aqui algum equilíbrio entre o discurso e as condições financeiras que se oferecem. Se nós formos perguntar a qualquer diretor de escola, ele acha sempre que faltam recursos humanos. Agora se nós nos compararmos com, por exemplo, se compararmos com a Inglaterra, se compararmos com a França é uma coisa... agora se compararmos com os outros países com um nível socioeconómico semelhante ao nosso... não têm os mesmos recursos que nós, têm normalmente mais reduzidos, isso têm.

Entrevistadora: É completamente diferente...

José Albino: É completamente diferente. Tínhamos a ideia que a Espanha, aqui ao lado era melhor que nós, e não é. A Espanha não tem um ensino de 12 anos obrigatório, e enquanto nós temos um pré-escolar, eles não têm, e têm um PIB superior ao nosso. Nós temos de ter alguma razoabilidade nestas coisas.... e eu falo sempre nisto com alguma razoabilidade.

Entrevistadora: Que facilitadores identifica? Poderemos falar, por exemplo da liderança... da interação... dos professores...

José Albino: Alguém diz que “para educar uma criança é preciso uma aldeia inteira”...

Entrevistadora: Então acha que o ponto fraco aqui da escola neste momento, é mesmo os recursos humanos?

José Albino: Os recursos humanos... Nós temos uma escola onde os alunos e professores estão muito tempo na escola, professor com muito tempo de ensino ... professores com percursos muito longos... há sempre alguma resistência à mudança...

Entrevistadora: Aí está uma grande questão, também...

José Albino: Não há caminhos diferentes se a pessoa não for aberta à mudança...

Entrevistadora: Tem havido formação parte aqui da Escola?

José Albino: A escola está enquadrada no centro de formação de lezíria e médio tejo e os professores realizam essa atualização.

Entrevistadora: Estamos mesmo a terminar aqui a minha lista de perguntas.... Voltando novamente, aqui à comunidade de Rio Maior, as pessoas se apercebem deste percurso que a Escola tem feito? Qual a sua opinião?

José Albino: Eu costumo dizer que ando há muitos anos aqui na escola, eu fui aluno desta escola, eu estudei aqui... era uma escola diferente do que temos hoje... Agora a ideia que eu tenho é de que essa perceção existe ...

Entrevistadora: E no futuro?... Expectativas para a Escola?

José Albino: Uma escola pública é sempre aquilo que ela quiser... A expectativa que tenho neste momento é... está em curso o processo de municipalização da educação... terá início depois do processo autárquico... aguardamos com expectativa o que aí virá...

Entrevistadora: Muito bem professor, neste campo há algum assunto que queira aprofundar ou acrescentar?

José Albino: É assim, gostaria de marcar esta ideia: existe uma grande abertura para a inclusão nas suas múltiplas formas e... pronto... vamos caminhando... Não tenhamos ideia que inventamos a roda. A roda está inventada, nós podemos é puxar pela roda de diferentes maneiras...

Entrevistadora: É uma questão de maturidade do conceito.....

José Albino: Não tenho essa ideia. É assim, há uns anos segregavam-se os alunos especiais e eram encaminhados para O Ninho, ou outra instituição. Há uns anos a esta parte percebeu-se que o lugar deles é na escola, hoje percebe-se a escola numa perspetiva completamente diferente desde o modo como recebe tantos alunos estrangeiros e todos os outros... queremos é que eles se integrem rapidamente.

Entrevistadora: Muito obrigada Professor.

Entrevistado: João Moutão

Função: Diretor da Escola Superior de Desporto de Rio Maior

Local/data: Escola Superior de Desporto de Rio Maior - 30/06/2016 - 10h

João Moutão: Há uma dinâmica local de perceber isto. A escola não tem uma dependência autárquica no seu funcionamento, nós somos politécnico de Santarém, neste momento pertencemos a ministérios diferentes. São ensinos e estratégias diferentes e caminhos diferenciados. Eu, na posição de diretor da Escola, eu também sou de Rio Maior, a Escola é um projeto de Rio Maior e eu entendo que deve haver uma articulação entre aquilo que é digamos, a resposta educativa local, e nós temos feito esse trabalho com a escola secundária, a Fernando Casimiro, as Marinhas do Sal... com a autarquia, temos uma relação muito próxima. Parece-me interessante esta resposta local. Esta questão das populações das necessidades especiais (NE) põe-se aqui a dois níveis na área que nós estamos, no desporto. Nós associamos muito as questões das necessidades especiais a questões clínicas, são populações especiais os diabéticos, os obesos... Temos também os desportos adaptados que pressupõe algumas deficiências motoras e também algumas cognitivas. A questão da NE, educativas – penso que é esse o termo – não é um tema que nos seja muito presente, ou seja, como existe uma seleção a nível do concurso nacional de acesso, provavelmente não chegam até nós situações necessidades de aprendizagem. Penso que é essa a temática.

Entrevistadora: Não vamos restringir, porque podemos falar de questões culturais e socioeconómicas que requeiram uma atenção especial.... e que a Escola se depara...

João Moutão: Aí já a coisa muda de figura. Quais são as questões de necessidades com as quais nós nos deparamos? São situações essencialmente desta natureza: socioeconómicas, situações que estão relacionadas até com o abandono e que se colocam também pela nossa localização limítrofe, digamos assim, que exige uma deslocalização para vir estudar, e que coloca desafios do ponto de vista orçamental muito grandes. Temos situações de carência alimentares... que vamos apoiando informalmente... a maior parte abandona... e depois temos situações também problemáticas do ponto de vista da própria fase em que os adolescentes estão... de mudança de grupo, de saída do seu seio familiar...

Entrevistadora: Questões de desenvolvimento...

João Moutão: Sim, questões de desenvolvimento. Alguns que se adaptam bem, outros que não e são situações que nós vamos acompanhando... situações de estarem fora do ambiente familiar e depois questões que se prendem com o momento, da fase de vivência, digamos assim... alguns excessos que alguns jovens também vão cometendo, questões específicas e que nós vamos acompanhando. Do ponto de vista daquilo que é as atenções especiais. Para darmos resposta a isso temos um gabinete de apoio psicológico que vai dando apoio a situações identificadas. É coordenado por um psicólogo, este ano mudou de coordenação, este ano foi assumida por um docente que é docente a tempo inteiro na Escola, que é dessa área e que entretanto tem também estado a trabalhar, de algumas conversas que tenho tido com ele, em parceria com os gabinetes de apoio psicológico de outras instituições.

Entrevistadora: Na Fernando Casimiro...

João Moutão: Exatamente, ele está também na assembleia de escola da Fernando Casimiro. Habitualmente cooperamos e colaboramos nas Assembleias das instituições locais em termos educativos, também nas Marinhas do Sal, no Conselho local de Educação. Isto portanto, são as nossas respostas. Há uma hierarquia de respostas que é dada. Normalmente por quem tem contacto com os estudantes e identifica as situações são os docentes, depois os docentes mantêm contacto com os responsáveis pelas disciplinas - os regentes - e tentam resolver as situações específicas e relacionadas com as disciplinas, acima dos regentes temos os coordenadores de curso, cuja função é garantir um bom conhecimento dos programas de formação e a interação com as diferentes disciplinas. Normalmente esse acompanhamento é feito pelo coordenador de curso a estudantes que necessitam ou problemas específicos para resolver em diferentes domínios do curso...

Entrevistadora: Em termos sensoriais não têm cá nenhum aluno, surdos, cegos...?

João Moutão: Não, não temos. Deveríamos ter. A área do desporto adaptado, para portadores de deficiência, é uma área que tem ganho importância social, nós temos uma relação muito próxima com o comité paralímpico, temos aqui a disciplina de “desporto e atividade física adaptada”, portanto uma dinâmica diferente do desporto com as modalidades adaptadas... bóccia... e temos a atividade física adaptada mais nos jogos tradicionais para a população. Temos também regulamentos que protegem de certa forma algumas condições especiais. Isto para dizer que na área do desporto adaptado nós sentimos que poderíamos ter aqui um papel mais importante. Nós, na nossa Escola, enquanto projeto, tem uma ligação às entidades, portanto é uma escola politécnica, nós entendemos que nos podemos posicionar numa

perspetiva mais aplicada e de relacionamento com os diferentes parceiros com uma resposta mais no terreno. Esse é o nosso conhecimento. Nesse sentido, a ligação que temos aos atletas, em termos desportivos é muito forte. Nós sentimos que no âmbito do desporto dos atletas que têm NE nas suas carreiras e estamos aqui a falar de atletas de alto rendimento e também dos atletas de desporto adaptado, nós sentimos que deveríamos ter a obrigação moral de dar uma resposta de primeiro plano, porque esses têm mais dificuldade em estar nas escolas que estão mais vocacionadas para a investigação. Nós temos tido de facto, essa preocupação, no sentido de haver aqui uma resposta, uma formação para os atletas de desporto adaptado e outros. Nós já tivemos aqui alguns, nomeadamente tivemos um aluno portador de deficiência, física, no caso não tinha um dos braços e fez o curso na área do desporto. Hoje é atleta paraolímpico, vai agora para os jogos paraolímpicos do Rio de Janeiro e foi um exemplo daquilo que nós podemos dar... E por quê? Porque sentimos que de facto, esse ensino exige ajustamentos na estrutura toda, no modelo da formação, na construção dos programas e, que só uma escola com a nossa dimensão é que pode conseguir essa resposta e que tenha essa vontade... e nós temos! Não é, provavelmente, uma preocupação primeira da generalidade das escolas. Umhas porque não têm dimensão para dar resposta a isso, outras porque esse não é o assunto que lhes interessa mais. No nosso caso é! Isto... o que é que nós sentimos? Sentimos que queremos, neste momento não se avançou mais que isto..., não sei..., digamos que esta resposta também está a ser coordenada pelo próprio comité paralímpico e que ainda não está organizada... quando estiver, nós estaremos naturalmente, na primeira linha para dar resposta. Provavelmente ainda não está porque está a ser feita com o esforço próprio das instituições. Não existe, pelo menos que eu tenha conhecimento, uma estratégia nacional ou uma política no sentido de: “vamos ter uma aposta numa educação inclusiva”, “vamos apoiar os nossos atletas paralímpicos, dando-lhes oportunidade de eles terem formação”, “vamos destinar uma parte do orçamento do desporto para a formação destes atletas” e “as escolas podem candidatar-se para ter programas para estes atletas”. Não existe nada! É só da nossa boa vontade.

Entrevistadora: Nada estruturado...

João Moutão: Sim. Não existe uma aposta estratégica. Passa pela nossa boa vontade no momento...

Entrevistadora: E obrigação moral... é o que todos os diretores que tenho entrevistado, têm referido.

João Moutão: E obrigação moral. Claro! É isso que nos move neste momento. A obrigação moral deveria partir logo das políticas, porque isso facilitaria o nosso trabalho. Nós sentimos que temos que dar resposta com os recursos que temos, mas que são eles próprios escassos para dar resposta às necessidades atuais, com as quais nos defrontamos. É um assunto muito complicado e é muito difícil dar a resposta que desejávamos. O que sentimos é que estes praticantes são sempre chamados pelo Presidente da República para receberem prémios e... são medalhados, são sempre homenageados, mas que depois no ponto de vista prático, naquilo que é, digamos nas suas necessidades de desenvolvimento humano, não se concretiza em nada em termos de política.

Entrevistadora: Acha que é uma perceção do público essa situação que refere da falta de apoio.

João Moutão: Eu penso que sim, os próprios atleta... A seleção nacional agora está no europeu... o Presidente da República recebeu-os no palácio presidencial... “vamos lá embora...”, uma medalha a cada um... tudo bem, tudo bem... estes atletas para fazerem aquilo não podem ter uma carreira... não podem estar como outro cidadão qualquer... mas há-de chegar o momento em que eles acabam as suas carreiras desportivas e nesse momento eles são praticamente deixados ao abandono. Há aqui um interesse quase que oportunista, no momento em que aqueles atletas estão numa fase áurea e projetam o país, mas a partir do momento em que eles deixam de ser atletas perde-se por completo o interesse pelo ser humano que está por de trás daquilo. Esses atletas que aos 33, 34, 35 anos, não puderam estudar, como qualquer jovem entre os 15, 16, 20 anos, se nós queremos homenageá-los, a melhor forma não é dar-lhe medalhas, é proporcionar programas para os atletas se possam reestruturar em termos sociais e poderem, muitos deles, não quer dizer que sejam todos, mas poderem ter oportunidade de estudar... de se integrarem na sociedade noutras áreas. Deveriam ter oportunidade disso... e isso não existe! Existe a política de dar a medalha, não existe uma política de pensar nestas pessoas com as suas necessidades físicas e sociais. Falando agora no contexto do desporto, quer nas pessoas portadoras de deficiências, quer os outros que têm as carreiras de alto rendimento... esta é uma dimensão para as quais nós temos que dar resposta. Há muitos regulamentos que tentam proteger estas questões, mas são “cuidados paliativos”, digamos assim, não vão resolver o problema e dependem muito das boas vontades das instituições. Nós podemos receber um atleta de alto rendimento e ele tem direito a fazer as provas quando quiser e estiver preparado..., umas questões normais..., pode não estar sujeito ao limite de presenças..., pode ter um regime mais tutorial..., mas isso implica

que o docente das disciplinas, no meio de 150 estudantes tem que ainda dispende tempo dele próprio para dar esse apoio. Isto é quase impossível. Não há mesmo recursos aos quais as instituições possam se socorrer para dar esta resposta, mais uma vez.

Entrevistadora: Eu estudei com a Inês Henriques, fomos da mesma turma já há muitos anos, e convidei-a há uns tempos para ir falar aos alunos do 9º ano da escola Fernando Casimiro e achei... pitoresco... ela referir que a bolsa que ela recebe por ser atleta de alta competição não é contabilizada, por exemplo, para fazer um empréstimo ao banco. É como se não existisse. Qualquer dia se quiser, por exemplo, comprar uma casa não pode, porque aquela bolsa, não recorro o nome técnico, já foi há algum tempo que isto se passou, não é vista como sendo válida para “x” aspetos. É uma situação muito limitadora.

João Moutão: Pois... e aquilo é a profissão dessas pessoas. Para chegar a uma medalha por mês... ela tem de treinar, por exemplo 3 vezes por dia... isso não é compatível com outras atividades remuneradas.

Entrevistadora: Ela andava a estudar, penso que já acabou.

João Moutão: É uma situação.... Mas todos nós gostamos de bater palmas quando a Inês Henriques ganha as medalhas. Quando digo todos, são os nossos representantes políticos, o país! Quando a Inês Henriques precisa de nós falhamos. Ela gosta de receber palmas e medalhas, mas se calhar também quer ter a oportunidade de ter uma casa como qualquer pessoa da idade dela... se calhar o que ela quer até é mais isso. As medalhas, o reconhecimento é importante, mas os outros aspetos inerentes ao ser humano também o são. Nós sentimos muito isto na área do desporto. Pensamos que é um problema do país, falta-nos aqui um pouquinho de visão estratégica naquilo que realmente nós precisamos de investir. É um problema cultural do país. Estamos um pouquinho melhor do que, se calhar, há 20 anos atrás... vamos evoluindo, mas são passinhos pequeninhos... sentimos que temos um percurso a fazer. A sociedade no norte da Europa, neste aspeto, já estão mais à frente, têm outra visão destas coisas.

Entrevistadora: Referiu-se à legislação como “cuidados paliativos”, estamos a falar de...? Áreas cinzentas? Ausência mesmo de...? Ou palavras muito bonitas mas que não são postas em prática? Está tudo escrito e não há meios para fazer? Ou mesmo o que está escrito não contempla e omite?

João Moutão: No que diz respeito à existência de legislação em concreto para as necessidades de aprendizagem, ao nível do ensino superior, eu desconheço que exista. Pode ser uma lacuna minha, eu nunca senti a necessidade de ir ler ou de confrontar-me com estas coisas, porque desde que estou na direção, e mesmo já sou professor aqui há 15 anos, e nunca tive uma situação de dificuldade de aprendizagem inerente mesmo do funcionamento da pessoa, para aprender. Nas outras questões que acontecem pontualmente e que nós resolvemos no dia a dia, há uma situação complicada na vida de um estudante... há uma situação difícil, há momentos difíceis... altos e baixos e nós vamos gerindo essas coisas. A nível do atleta de alto rendimento existem algumas coisas, mas que é muito orientador. No desporto adaptado é a mesma coisa. São orientações práticas. Não existem políticas em concreto.

Entrevistadora: Não são obrigatórias?

João Moutão: Não. Nada, nada... que eu tenha conhecimento, não. Inclusivamente até... penso que agora se está a tentar... mesmo por autoiniciativa fazer... até mesmo a própria federação do desporto universitário, tentar fazer um sistema de diferenciação das instituições em si, em função do apoio e das respostas que elas poderão dar aos atletas. Um sistema como se fossem os hotéis que são de 4, 5 estrelas, isto para motivar que as instituições se organizem de modo a darem a melhor resposta para atletas desta área. Não existindo nada que, legalmente preveja essa situação. Quer legal, quer do ponto de vista político, ou seja, as opções políticas e orçamentais, digamos assim, na afetação de recursos para darmos esta resposta.

Entrevistadora: Em termos do gabinete de apoio psicossocial que referiu, existe e o professor referiu um processo de identificação dos problemas dos alunos e que eram gradualmente referenciados. Isto é informal, ou é um processo formal?

João Moutão: É um processo formal porque que cada uma destas posições têm o seu conteúdo funcional referido nos regulamentos. O que é o regente, as responsabilidades que ele tem, o mesmo para o coordenador de curso... o próprio gabinete também está regulamentado, a sua constituição, composição e as suas funções... e a própria direção, o diretor... presidente... serviço de ação social... Tudo isso segue uma ordem hierárquica que está definida formalmente e que olha a cada momento o percurso que estes estudantes, com necessidades, fazem. Existe a identificação dos casos que precisam de apoio psicológico, e depois são encaminhados, e os profissionais fazem o seu trabalho, acompanham com sigilo, fazem essas coisas todas inerentes a esse processo. As questões onde haja dúvidas são dados a conhecer à direção. Nós tentamos ajudar. Há também o gabinete de apoio psicopedagógico do

Instituto, quando é necessário recorremos a esse gabinete... à ação social para apoio... nas questões de abandono...

Entrevistadora: Esta prática é assim em todas as escolas equiparadas a esta? Ou acha que existe aqui uma sensibilidade ou uma cultura de Escola mais propícia para...?

João Moutão: Do Instituto Politécnico de Santarém?

Entrevistadora: Desta Escola Superior?

João Moutão: Certo, mas das escolas do Instituto ou desta escola em concreto? O que me pergunta é o que é comum às outras escolas do Instituto ou o que existe apenas nesta escola?

Entrevistadora: Sim. No Instituto e nesta em concreto.

João Moutão: Não lhe consigo dizer efetivamente. Este percurso é o tradicional em qualquer instituição de ensino.

Entrevistadora: Ok.

João Moutão: Nenhum problema é normalmente “atacado” pelo diretor, que não tenha sido já identificado pelos professores.. Em relação às preocupações que sejam comuns a todas as escolas, não consigo saber o que acontece em cada uma delas e o que cada uma delas está a fazer porque há, digamos, algum nível de autonomia funcional e administrativa em cada uma das escolas. No nosso Politécnico isto faz parte das nossas práticas porque a maior parte das escolas existia antes do próprio Instituto, portanto há uma grande cultura de escola. Só a nossa é que vem depois do Politécnico estar formado, todas as outras já existiam previamente. Eu deduzo que esteja a ser dada uma resposta similar, mas isto depois depende de cada escola, mas é usual nas escolas existir apoio psicopedagógico, psicológico em todas as instituições e para além disso, também existem redes de gabinetes de apoio psicológico no ensino superior. Quer dizer que há também por parte das instituições de ensino e de quem está à frente desses gabinetes, preocupações similares... partilha de informação, de recursos... que me parece bastante positiva.

Entrevistadora: Aqui nesta escola superior, em termos de cultura de escola, acha que existe essa sensibilidade mais apurada ou por falta de público-alvo, nem por isso... acha que é um caminho a percorrer?

João Moutão: Nós somos uma escola que tem uma preocupação solidária muito grande. As questões de necessidades especiais com que nós nos defrontamos estão mais orientadas para essas necessidades do ponto de vista socioeconómico normalmente. Essa é que é a nossa maior chaga. Felizmente Rio Maior tem uma característica peculiar que torna interessante estudar aqui, que é ser um agregado populacional muito reduzido, o que faz com que o apoio e suporte social ao estudante seja muito grande. Há uma grande comunhão da comunidade, uma coesão social muito grande. Isso manifesta-se na própria Associação de estudantes, nas turmas, que tem duas, a escola também tem bastante praxes... núcleos e associações académicas... eles têm oportunidade de partilhar momentos. Eles próprios têm mecanismos de autoapoio uns aos outros. Eu sei que há estudantes que não têm dinheiro para comer, mas que outros estudantes colegas, cozinham e eles comem em casa deles. Nós quando percebemos que há alguém que não tem nada para comer, também falamos na cantina e tentamos arranjar forma de fornecer uma refeição... vamos dando essas respostas... estes são os principais problemas e a Escola é uma escola que tem esta preocupação e que parte muitas vezes dos próprios estudantes, estudantes, professores, numa forma geral nós temos esta preocupação. Parte de nós, enquanto cultura de escola. Isso é algo característico e no ponto de vista do papel do diretor, eu tenho reforçado cada vez mais essa preocupação. Dinamizamos ações sociais... a última foi com a associação "as 4 patinhas", dos animais.... Temos aqui a decorrer a campanha de solidariedade para com um ex-aluno, já não é nosso, mas entendemos que é da nossa família, que é o Tiago, que teve uma leucemia e está a ter apoio com quimioterapia... temos várias campanhas... fizemos a festa final de ano em que toda a receita foi em favor dele... tudo o que se realiza nos festivais, vai tudo para o Tiago... e essa componente eu tenho estimulado e reforçado e acho que isso é primordial numa instituição com a nossa missão. Somos uma instituição pública de ensino superior, e a forma como eu, pessoalmente olho para uma organização deste nível de ensino, superior, é para formar pessoas para a sociedade em que nós não somos, digamos... um conjunto de paredes de cimento e tijolo no qual se transmite informação. Isso não é o que nós somos, nem o que queremos. Nós somos uma instituição de ensino e de aprendizagem mas formamos jovens para a sociedade e portanto, nós temos que ter essa flexibilidade, ter um projeto de formação e educativo de uma forma global do cidadão, onde, naturalmente essas preocupações fazem parte da formação do próprio jovem e que, infelizmente se tem vindo a perder na nossa sociedade. Eu pessoalmente sinto que, às vezes, esta preocupação deveria ser maior. Volto a dizer, isto é uma preocupação que eu tenho nesta posição de diretor, e que tento transmitir, mas que está na minha decisão de o fazer. Se eu não tiver essa preocupação, ela provavelmente não se fará. Portanto, isto transposto para a nossa realidade nacional torna

muito volátil e muito premente qualquer projeto de formação de um país, se não partir de uma orientação política para o país. Isso nós sentimos muito, nesta e noutras áreas. Eu acho que a inclusão social está dentro deste bolo, deste saco, daquilo que são as preocupações dos diferentes dirigentes e numa ausência de orientações isto é tudo muito volátil.

Entrevistadora: Mudando um pouco o rumo: o estudante que aqui teve e que agora é atleta... sem um braço. Que ajustes foram necessários fazer? Importa-se de desenvolver um pouquinho?

João Moutão: No caso do desporto algumas atividades exigem naturalmente ambos os braços, por exemplo ele fez o curso do exercício físico e fitness, na avaliação em que envolve os dois braços, naturalmente que a avaliação, no caso dele, não fazia esses exercícios. Passa por adequação das atividades desportivas em que se justifique e sejam necessárias ao seu caso. No resto, ele tem todas as capacidades, como outro estudante qualquer, do ponto de vista cognitivo. Nas disciplinas curriculares do foro cognitivo não existiu necessidade de fazer qualquer tipo de ajustamento. Nas disciplinas práticas, as atividades desportivas têm de ser adaptadas e adequadas à sua condição. De resto, ele foi um exemplo do quanto nós poderemos dar resposta a esse nível. Não foi uma resposta muito exigente porque significava só adequações nalgumas modalidades. A própria natação que estava no currículo, ele fê-la, com uma ou outra adaptação. Claro que as exigências do ponto de vista das adequações tem a ver com o grau de deficiência que a pessoa apresenta. O caso de um individuo de cadeira de rodas, ou um individuo invisual, já seriam um tipo de respostas completamente diferentes. Nós nunca fomos confrontados com isso, e não sei qual seria a nossa capacidade de resposta perante essas situações, assim como se nos surge um indivíduo que fosse surdo, não sei se conseguimos ter uma resposta em termos de intérprete de linguagem gestual para o integrar numa turma. Nós não temos nenhum professor de linguagem gestual aqui, teríamos de requerer recursos, não sei se o Instituto tem esses recursos, se o ministério tem... não faço ideia... na situação em que estamos tenho muitas reservas que haja recursos... com muita pena minha.

Entrevistadora: Estas adaptações, no caso desse aluno, foram feitas por iniciativa da Escola, porque não há nada legislado nesse sentido?

João Moutão: Não. Sim, sim, foi tudo iniciativa da Escola.

Entrevistadora: Professor em relação a expectativas suas desta linha de ação? Falámos de conjunturas políticas, do que falta fazer, mas também da sensibilidade da Escola e das suas iniciativas. Como é que vê o caminho no futuro?

João Moutão: Nós estamos inclinados a fazer essa linha de ação. Nós queremos dar uma resposta para os atletas, podem não ser só atletas, atenção, para indivíduos portadores de deficiência que queiram intervir no âmbito do desporto que é a nossa área da formação. Os recursos são mínimos, nós não temos, tem que ser com a nossa boa vontade... torna-se muito complicado exigir mais ainda ao corpo docente que temos, uma vez que as próprias instituições públicas estão a passar por momentos difíceis e estão a exigir cada vez mais horas de trabalho aos professores sobrando muito pouco tempo para que essa resposta se possa encaixar nos próprios horários dos professores, mas nós vamos, conjuntamente com o comité paralímpico, com as associações de indivíduos portadores de deficiência, com a tutela, com o nosso Instituto, procurar algum tipo de recursos, de apoios para que possamos ter esta resposta. Isso é muito claro. Nós vamos continuar a prosseguir, pensamos que isso é um caminho... é algo que é importante e que, do ponto de vista da formação... da oferta formativa do ensino superior do país, não é? É importante ter esta vertente. Pensamos também que as organizações e associações ligadas ao desporto e a indivíduos portadores de deficiência, também estarão ao nosso lado, nessa procura de respostas para estes indivíduos.

Entrevistadora: Relativamente aqui à comunidade de Rio Maior, cidade. Qual é que acha que foi o impacto da escola superior na cidade? E se a mesma comunidade se apercebe, ou não, deste género de trabalho que aqui é desenvolvido? Destes cuidados, vá?

João Moutão: Para populações com necessidades especiais?

Entrevistadora: Sim, sim. Do ponto de vista social também. Não é necessário restringir a...

João Moutão: Ok. A escola superior de desporto tem uns 900 estudantes, e mais de 100 docentes e colaboradores. Numa cidade, que quando a Escola veio tinha cerca de 5.000 habitantes, agora tem cerca de 7.500, estamos a ver o impacto que tem na sociedade. Estamos a falar de quase 10% da população riomaiorense. Esse impacto sente-se durante os fins de semana... onde é tudo muito mais calminho... nas férias... Toda a vida económica da cidade... nós sabemos que os 400 a 500 euros que cada estudante deixa cá... mais as famílias que já cá estão, como é o meu caso... estamos a falar de... à volta de 250 mil euros diretos, fora aquilo que é indiretamente, por mês. Portanto é significativo. Mas isso é a questão económica, que tem a sua importância. Agora quanto à questão, que me parece mais importante, que é social

e cultural, com que eu penso... eu vim para cá no ano 1999; 2000 e sei bem o que era Rio Maior em 2000... e o que é agora. Há aqui uma onda de jovens que vêm de Faro, Castelo Branco, Guarda, Açores, Madeira, que vêm enriquecer a cidade do ponto de vista cultural. Sofrem o processo de aculturação local, mas que também o influenciam, hoje nós percebemos isso claramente... e que do ponto de vista social são um recurso inestimável, porque nós vemos os nossos jovens participar em diferentes planos da sociedade riomaiorense, em diferentes instituições, há muitos jovens a fazer voluntariado em diferentes instituições... como há pouco falamos “nas 4 patinhas” foram alunos nossos que lá estão... temos jovens voluntários nos bombeiros... em todas as atividades que a Câmara organiza, os nossos estudantes estão lá... muitos jovens estão aqui a viver em Rio Maior e vieram por causa da Escola, entretanto trabalham na Desmor, nas piscinas, trabalham cá... A Escola proporcionou a muitos riomaiorenses oportunidade de obterem cá formação. Temos muitos riomaiorenses que vieram estudar para aqui, quando a Escola se formou... Tudo isto contribuiu muito para a cidade. Tal como os estudantes são o recurso da Escola também são um recurso para Rio Maior e para a região toda, pela importância que eles assumem e acho que a nossa presidente Isaura Morais tem também valorizado e reconhecido esse papel. Da mesma forma que nós reconhecemos a importância que a Autarquia tem tido para connosco. Esta escola não poderia ter a força que tem sem a comunidade de Rio Maior. É também valorizada pela comunidade de Rio Maior. Eu penso que muitos riomaiorenses vão tendo do que é a Escola e o que ela tem feito, nomeadamente na área do desporto. Basta ir para fora e ver o reconhecimento que os agentes têm da Escola e de Rio Maior do ponto de vista desportivo. O reconhecimento de Rio Maior na área do desporto é fruto da interação da comunidade de Rio Maior com a Escola. Tudo isto é um processo dinâmico, e que me parece a mim, tem contribuído para a mais valia da cidade. Eu reconheço em rio Maior uma comunidade que tem evoluído, que tem mexido e que um desses fatores, foi, não tenho dúvidas, a escola superior de desporto de Rio Maior. E que, volto a dizer, o projeto da Escola ganhou a sua dinâmica e a sua força por aquilo que é as suas gentes e a própria cultura da cidade de Rio Maior. Tudo isso influenciou, influencia e poderá influenciar a nossa Escola. Nós temos hoje muitas forças vivas na cidade que não tínhamos, e que têm uma relação com a nossa Escola, que não tínhamos. São de Rio Maior, reconhecem na Escola um parceiro e que apoiam a Escola e que também.... Estudantes... aqui o Ganaus que dá um apoio fenomenal aos nossos estudantes... e portanto é aquela ligação. Quando são as Tasquinhas fiquei muito satisfeito porque vi vários estudantes a ajudar nas tascas, é tal voluntariado, a ajudar... há uma interação dos estudantes com as associações da cidade e eu acho que isso é um indicativo de sucesso daquilo que é o ensino politécnico, dum ensino que é assente numa política territorial. Voltamos à discussão do que é em sistema

politécnico, o sistema politécnico é isto, oportunidade de prática e de formação! Se tiramos a escola superior de desporto de Rio Maior... se retirarmos o politécnico de Bragança... o que fica lá?... Se retirarmos o politécnico de Castelo Branco... o que é que fica lá?... Mesmo Santarém... se retiramos o politécnico de Santarém... essa é que é a realidade.

Entrevistadora: Em termos de comunicação da Escola, existe o site? Existe alguma newsletter?

João Moutão: Nós,... eu estou na direção acerca de um ano... uma das áreas que me parecia que nós tínhamos que apostar era na comunicação. E por quê? Porque é que eu achava isso? Porque tinha consciência da quantidade de coisas importantes que nós fazíamos mas que não saiam destas 4 paredes. Então criou-se um gabinete de imagem e comunicação, que não existia, e que tem feito um trabalho extraordinário do ponto de vista da comunicação. A nossa página do Facebook estava nos 4 mil seguidores há 1 ano, e neste momento vai nos 5500. Quando passámos dos 5000 comemorámos, mas já estão nos 5500, sensivelmente em 3 meses. Portanto... o nosso instituto politécnico tem 4000 seguidores... a Autarquia tem 6000... daqui a pouco temos tantos seguidores quase como a Autarquia de Rio Maior. Isto para dizer que nós temos feito esse trabalho, temos trabalhado muito com as escolas secundárias também, em que fazemos a divulgação da nossa formação, do ponto de vista do que é. Muitos dos órgãos do secundário não conhecem bem o que é a Escola e qual é a sua formação e há uma valorização do ensino universitário geral, na sociedade, em relação ao politécnico, nós sentimos isso, o que não corresponde na realidade aquilo que é a qualidade do ensino e formação nestas instituições. Uma coisa é uma universidade que faz um tipo de formação diferente duma escola politécnica e outra coisa é um politécnico com ligação à realidade e ao tecido empresarial... A formação também tem essa vocação. Temos que dar a conhecer isso porque muitos jovens não têm esse conhecimento. Vamos ter agora, para a semana a “semana do desporto” com 50 jovens do secundário, de diferentes escolas do país, onde é feita uma semana de atividades, no sentido de dar a conhecer a Escola... Temos a revista... O site. Dinamizámos há cerca de duas semanas um evento de apresentação dos trabalhos finais dos alunos todos, com convites à comunidade, às empresas, a alguns atletas, à comunicação social... portanto nós percebemos que temos que estar abertos e sensíveis para a questão da comunicação

Entrevistadora: Professor, estamos mesmo a chegar ao fim aqui das minhas questões e já conversámos bastante e a última questão que eu queria colocar é...já falamos muito dos obstáculos, e facilitadores?

João Moutão: Bem, há um grande facilitador logo à partida, o nosso corpo docente é jovem, e isso facilita, por que às vezes em pessoas de certa idade a disponibilidade para mudar é diferente, o nosso corpo docente tem outra sensibilidade e disponibilidade e isso é um facilitador. Depois a ligação que temos às instituições, o comité paralímpico, outro processo facilitador é esta questão da comunidade de Rio Maior, a possibilidade de termos uma resposta integrada, a câmara apoia, as outras escolas, existe a possibilidade de procurar respostas integradas para problemas comuns, nós temos um projeto do abandono escolar, que é de todas as escolas de Rio Maior e está a ser coordenado pela Escola Profissional, e isso é um facilitador, nós temos aqui fatores que nos podem ajudar, a motivação que os vários intervenientes têm para estas questões, o mesmo espírito... e isto não é usual, não acontece em todas as zonas do país, a presidente de Câmara, o Paulo Almeida, o Luciano, também na escola Marinhas do Sal, a escola secundária... existe esta aliança de certo modo, e isso é um ponto forte claramente de Rio Maior.

Entrevistadora: Muito bem, obrigada. Professor cheguei ao final das minhas questões, se houver algum aspeto que queria acrescentar...

João Moutão: Só valorizar a preocupação que existe, porque tal como eu disse tem que partir muitas vezes da nossa iniciativa e interesse para desbravar estes caminhos, e quanto mais formos melhor. Portanto este trabalho será muito importante até para nós podemos pensar noutras iniciativas no sentido de dar uma resposta e acho que isso é determinante, e a nossa escola, pela sua missão, pelas suas características estará sempre ao lado e procurará sempre ser uma escola inclusiva.

Entrevistadora: Muito obrigada pela sua disponibilidade.

João Moutão: Eu é que agradeço.

Entrevistada: Ana Figueiredo

Função: Vereadora da Educação e Cultura da Câmara Municipal de Rio Maior

Local/data: Câmara Municipal de Rio Maior - 17/08/2016 - 11h

Entrevistadora: A primeira questão é: aqui no concelho de Rio Maior, que público é que estamos a falar, quando falamos de inclusão, e que necessidades têm? Os diretores de escola já me colocaram a hipótese das etnias, a questão das necessidades educativas especiais, que é muito específico quando estamos a falar de educação. Aqui neste aspeto, que questões é que referiria? Estamos a falar de inclusão em geral, podem ser questões socioeconómicas, culturais, nacionalidades (a questão dos imigrantes), etnias,...

Ana Figueiredo: Parece-me que da parte das nossas escolas, das nossas escolas, das diversas instituições parece-me que no geral, não quer dizer que não haja exceções – é para confirmar a regra – têm sensibilidade suficiente para promover uma boa integração. Contudo e quando nós falamos concretamente de ensino especial, parece-me que há uma lacuna, sendo certo que a lacuna que há em Rio Maior, não é de Rio Maior, passa-se a nível nacional. Os alunos portadores de algum grau de deficiência assistimos a que da parte das entidades escolares fazem tudo o que está ao seu alcance no processo de acompanhamento, mas parece-me que chega a uma altura da vida escolar desses alunos, há um corte radical. É como se deparassem com uma barreira! É uma barreira que, não sendo física, o é. O que fazer com estes alunos? Ao haver este tipo de integração, o Decreto-Lei n.º 319 de 91, ao promover a integração destes alunos, no meu entender e é discutível, parece-me que não responde a esta questão e é cruel tratar de forma igual o que é desigual, porque não é o estar no espaço físico igual que efetiva a integração. As medidas que a Tutela, o Ministério de educação tem tomado, e já lá vão quase uma década e meia de integração no ensino regular traz-nos este problema: o que fazer àqueles alunos? Eu sou a favor que haja uma integração no pré-escolar, no 1º Ciclo e gradualmente vamos avaliando as condições dos alunos para a sua continuação ou não, naquele sistema de ensino regular. Deveríamos criar condições para alguns alunos específicos. Parece-me que há alunos, infelizmente, que não têm condições cognitivas nem motoras para ter este tipo de integração mas há outros que teriam capacidades para uma formação profissional. Eu sou apologista que todos nós temos capacidades. Um aluno que chega, digamos que acompanha um grupo escolar até ao 12º ano, como existem alunos na escola Secundária, surge a interrogação: “o que fazer a estes alunos?”. Para uma família isto é uma

dor de cabeça. Senti-los integrados naquele meio e de repente: o que vamos fazer? Ficam em casa? Eles também têm competências que podem desenvolver e explorar e capacidades para fazer algo. Neste momento parece-me que há aqui um abismo, entre o final de um determinado percurso e a continuação para uma outra fase, para a vida ativa, digamos assim.

Entrevistadora: Daí também a questão do lar residencial.

Ana Figueiredo: O lar residencial sim, mas porque é que não criamos condições para os colocarmos na vida ativa?

Entrevistadora: É uma questão muito pertinente...

Ana Figueiredo: É uma questão que foi muito contestada em tempos, mas parece-me que agora se coloca novamente, que é a questão do emprego protegido, que já houve. Confesso a minha ignorância neste aspeto se ainda existe.

Entrevistadora: Isso implica alguma valorização financeira das instituições ou empresas que contratam as pessoas com deficiência, do Ministério da segurança Social, mas deve ter alguma modalidade distinta. O Marco, do Centro de Educação Especial "O Ninho" falou-me nisso, mas falou também que têm dificuldade em encontrar empresas que se disponibilizem para isso.

Ana Figueiredo: O que eu defendo é que deveria haver uma formação, criar equipas de trabalho, pois há alunos que conseguem perfeitamente ser úteis à sociedade e felizes a fazer algo adequado às suas capacidades. Da forma como estamos, questiono-me se serão ou não felizes...

Entrevistadora: É muito complicado. É um processo muito complicado...

Ana Figueiredo: Quanto às etnias. Temos as comunidades de ciganos, começa a haver indianos. Através dos serviços de ação Social temos a preocupação de saber se as crianças estão matriculados nas nossas escolas. Aparentemente alguns estão em idade pré-escolar e jardim de infância. Fui informada que há meninos destas comunidades matriculados nas nossas instituições educacionais.

Entrevistadora: Mesmo no brincar, até com o meu Manuel, em termos de lazer, eles surgem em público e vemos que são muito diferentes doutras culturas.

Ana Figueiredo: Teremos de nos respeitar mutuamente. Eles estão no nosso meio, isso implica também alguma adaptação da parte deles às nossas regras. Por exemplo, em relação à etnia

cigana, se nós os respeitamos, na sua cultura, eles também têm que respeitar a maioria, digo eu.

Entrevistadora: Acha que em Rio Maior é uma questão preponderante a etnia cigana?

Ana Figueiredo: Não. Parece-me que não. As crianças frequentam a escola, até determinado nível de escolaridade, especialmente as meninas, os rapazes, por vezes vão mais além, por questões culturais. É certo que a escolaridade colide com a cultura deles, as meninas chegam àquela idade e têm outras obrigações, parece-me que começa a haver um interesse pela escola até porque reconhecem que o saber ler e escrever lhes é útil para depois entrarem nas atividades da família. É certo que em Rio Maior ainda não se vê o prosseguimento de estudos, tanto para meninas como para meninos, mas há um caminho já percorrido. Lembro-me que há 10 anos, ainda eu estava no ensino especial, era muito difícil que estes alunos frequentassem a escola e agora parece-me que isso já é uma prática. O problema do insucesso e do abandono escolar, embora muito residual em Rio Maior, o que existe é respeitante à etnia cigana, mas tem muito a ver com questões culturais – mais para as meninas – o não querer deixá-las além de uma determinada idade na escola.

Entrevistadora: Falávamos na questão dos imigrantes também, quer comentar alguma coisa sobre esse aspeto? Das condições económicas? Como caracterizaria, em traços gerais, o Concelho neste momento? Mais alguma situação de relevo, dentro deste contexto e na sua opinião?

Ana Figueiredo: Parece-me que, comparando com as famílias com filhos portadores de deficiência, parece-me que têm sempre mais dificuldades económicas, ou abrem-se mais. É compreensível e é humano, pois têm uma grande “carga” e pedem ajuda. Isto em relação aos alunos imigrantes. Porquê? Temos um grande grupo de imigrantes de Leste, que pelas suas características culturais investem muito na educação dos filhos, são muito rigorosos com os filhos, mais do que nós! Muito exigentes! E até os alunos, em sala de aula têm um comportamento diferente dos nossos alunos. Acatam as regras, são mais cumpridores. Já começam a haver comportamentos comuns, é normal e saudável, é sinal que estão integrados. Não são um grupo fechado, os jovens estão perfeitamente integrados nos eventos e atividades de Rio Maior e familiarizados com outras culturas. Não se fecharam. Eu acho isso muito importante, porque assumiram Portugal e a comunidade de Rio Maior como a sua terra. Opinam sobre o País, o que acham que está mal, o que acham que é melhor... têm sentido crítico e isso é bom.

Entrevistadora: Existe mais alguma questão no que respeita aos imigrantes, que em sua opinião, queira dar relevo, ao nível da integração?

Ana Figueiredo: Como lhe disse, são pessoas que investem muito na educação dos filhos...

Entrevistadora: Falando fora do âmbito da educação...

Ana Figueiredo: Os problemas talvez sejam mais das famílias locais e não das minorias. Temos problemas sócio económicos e de famílias desestruturadas, graves. A tónica da crise, os problemas de desemprego, que é verdade que existem. Temos conhecimento também, através das nossas escolas dessas famílias. Muitas delas já foram acompanhadas pelos serviços sociais da Câmara, outras ainda são ou voltam a ter necessidade desse acompanhamento. O problema tem vindo a ser agravado pela situação que o país vive.

Entrevistadora: Em Rio Maior, em termos de desemprego, a situação é muito grave?

Ana Figueiredo: De famílias com filhos em idade escolar, houve famílias que sofreram, algumas ainda estão a sofrer com os problemas da crise, do desemprego, dos encargos económicos que tinham assumido, cujos filhos alteraram o seu comportamento. As crianças também sentem as angústias dos pais, e isso reflete-se no seu sucesso ou não. É um círculo e as crianças acabam por ser afetadas de alguma maneira. Localmente não sei se houve assim uma grande expressão. As escolas souberam ajudar e resolver situações, sempre que se aperceberam e dentro do que têm ao seu alcance, para que os alunos não se sintam mal entre os pares. Ao mesmo tempo, e o que eu acho muito importante, as famílias começaram a poupar mais.

Uma das formas de sabermos isso é através dos manuais escolares. Onde há irmãos, antes acontecia esporadicamente, agora assiste-se a uma verificação do material que fica e reaproveitar. É bom que assim seja! Eu costumo dizer que nós aprendemos quando as situações nos batem à porta e ficamos assim, mesmo ... com problemas. Neste aspeto, os pais adaptaram-se, os manuais passam de irmãos, o material escolar é reutilizado.

Entrevistadora: Não precisam de mochilas novos todos os anos...

Ana Figueiredo: Eu acho que isso é muito importante para a educação dos próprios filhos. O não ceder a caprichos, porque muitas vezes era mesmo um capricho.

Entrevistadora: É o consumismo. Infundiram nas nossas cabeças essa questão.

Ana Figueiredo: É! Isso é, parece-me, uma consequência positiva desta crise. Encontrou-se outro tipo de material escolar, mais duradouro, para ser reutilizado.

Entrevistadora: Mas isso era uma questão de marketing das editoras. Todos os anos atualizavam os livros, em algum aspeto para venderem. Continuando, de que forma é que a Câmara tem contribuído ou pode contribuir para a resolução destas questões que temos estado a falar? Que necessidades foram identificadas da vossa parte? Que ações foram postas em prática?

Ana Figueiredo: Neste momento temos um programa a que as escolas tiveram de se candidatar, e que visava a promoção do sucesso educativo. As escolas tiveram de se candidatar, salvo erro, até 11 de Julho, através de uma plataforma em que tinham de escrever as medidas que pretendiam implementar. Nesse sucesso educativo, lá está como população alvo, algumas destas minorias. A par disso, é intenção da Tutela, do Ministério de Educação que haja envolvimento das Autarquias na promoção do sucesso educativo. Então o que é que em Rio Maior nós fizemos? Reunimos as três direções, dos dois agrupamentos a da Escola secundária, no sentido de sabermos o que as Escolas poderiam fazer, como intervirem nos diferentes problemas detetados, com os seus recursos e o que é que a autarquia poderia fazer para posteriormente fechar o ciclo da intervenção. O que ficou decidido, em consenso é que há verba adstrita mas ainda não está nada decidido como será aplicada. Uma das coisas que ficou decidido foi que a intervenção de uma psicóloga nas escolas não seria apenas a psicóloga educacional, mas mais uma intervenção clínica, porque com todos estes problemas inerentes à vida das famílias que trabalham, hoje em dia, nós verificamos, por nós próprios que às vezes chegamos a casa e não temos paciência para dar o tempo que as crianças e jovens precisam. Têm de ser os pais a perceber que os filhos precisam de tempo de antena, diria mais assim, para que os pais dialogassem, partilhassem os problemas dos alunos, procurassem a resposta às suas preocupações enfim, é muito importante que isso aconteça. Já começa a haver nas nossas escolas, algumas, não lhe queria chamar perturbações, mas acontecem episódios algo preocupantes, até porque vivemos numa sociedade em que já não há modelos, não há regras, está tudo um bocadinho, eu diria mesmo que o conceito de família e as regras de família emitidas em nossa casa já são muito díspares. Não há um acompanhamento, não há autoridade (não quer dizer uma autoridade com violência, mas eles necessitam de modelos de autoridade).

Entrevistadora: O facto das crianças estarem, desde tenra idade longe da família em creches... uma pessoa que não possa ficar mais tempo do que aquele mínimo da licença de maternidade,

o filho vai para a creche aos 4 meses... está acompanhado a maior parte do tempo por pessoas que não a família. Independentemente da qualidade de serviço que os profissionais possam disponibilizar, não é a mesma coisa. Tudo isso acho que tem impacto no desenvolvimento das crianças.

Ana Figueiredo: Voltando ainda às decisões dessa reunião, as escolas poderão candidatar-se a psicólogos clínicos, terapia da fala – a ideia da terapia da fala é que se intervenha nos grupos etários mais jovens e no pré-escolar. A mim parece-me que estas falhas teriam de ser colmatadas, a dada altura, e quanto mais precocemente, mais hipótese de sucesso. Trabalhar numa ótica de prevenção no pré-escolar e 1º Ciclo.

Entrevistadora: Mas seriam quantas pessoas?

Ana Figueiredo: Nós fizemos um levantamento junto das escolas. Normalmente as escolas têm a perceção dos problemas dos seus alunos, quais são e quantos são e como se poderia dividir estes profissionais pelas três instituições. Seria mais do que um técnico de cada especialidade e, inclusivamente assistentes sociais para intervirem diretamente com as famílias. Isto não é nada de novo. Não inventámos nada. As Assistentes sociais faz isso, a CPCJ faz isso, mas nós queríamos um trabalho mais centrado nas escolas. A par disso, os diretores das escolas também gostariam de equiparem as escolas de mais alguns equipamentos ligados às TIC, para diversificar cada vez mais os momentos de aprendizagem na sala de aula. Em muitas escolas este tipo de equipamentos já é utilizado pelo seu corpo docente, mas ainda assim, estamos a tentar alargar mais o leque. Ficou combinado que a Autarquia faria esse investimento, que é mais um investimento naquilo que é a população de Rio Maior e no futuro da Comunidade.

Entrevistadora: Em termos de trabalho diretamente realizado pela Câmara Municipal, há alguma coisa que queira acrescentar, a este nível da inclusão, das minorias? Pode ser até um exemplo do chamado dia a dia, não só em termos de projetos, alguma coisa que queira acrescentar...

Ana Figueiredo: Como sabe, sou professora e já com muitos anos de experiência. Nós temos minorias étnicas, parece-me que tentamos chegar a eles e a melhor forma é através das escolas. Felizmente temos muito boas direções e muito humanas, com uma grande preocupação de chegar aos alunos, às famílias e ajudá-los. Mas temos de pensar se eles querem ou não ser ajudados. No caso das minorias e desviarmos a nossa atenção apenas para essas minorias, não me parece muito correto, assim tornam-se o centro das nossas prioridades e às vezes o processo surge um bocadinho invertido. Politicamente, isto não é muito correto,

mas é a realidade. Por vezes focamo-nos em demasia nas minorias e esquecemo-nos que vivemos numa comunidade e que tem de haver regras gerais em todos os aspetos que dizem respeito ao público em geral. Dentro das nossas casas cada um é livre. Existe uma moral individual, mas existe uma moral pública e que é preciso respeitar, se não ficamos uma sociedade sem rei nem roque. Sempre que essas minorias ou alguém em seu favor requisita os serviços da Autarquia, nós tentamos resolver o que nos solicitam. De boca é muito fácil nós resolvermos tudo, todos os problemas do mundo. Mas nem sempre a realidade é assim.

Entrevistadora: Depende da sensibilidade para estas questões. Talvez nos últimos anos a sociedade esteja mais atenta. As pessoas estão mais alerta, mais sensibilizadas, mesmo para a questão da deficiência, da convivência com outras culturas... neste momento os indianos são talvez os mais recentes...

Ana Figueiredo: Pelo que tenho observado na rua é uma cultura muito interessante. Aqui há uns anos havia cá uma família de paquistaneses, ele nunca deixou de usar o seu turbante, agora há várias famílias, alguns meninos já frequentam as nossas escolas, nomeadamente o pré-escolar, as mães não trabalham, passeiam na rua com as crianças. Vejo-as muito ligadas aos seus hábitos, modo de vestir, não me parecem que nos choquem, a mim, pessoalmente, nada. Não causam distúrbios, o que é muito importante, parece-me que vivem como qualquer cidadão e perfeitamente adaptados. Da parte dos nossos mais jovens, há uma boa aceitação da diferença, não só da criança portadora de deficiência, mas também de outras culturas e etnias. Não me parece que hajam problemas de integração por parte dos outros colegas, nem da etnia cigana. Quando são mal comportados, mas isso também acontece com os outros, quando se agredem uns aos outros, é normal e isso faz parte da aprendizagem, acontece igualmente com todos. Parece-me que há sensibilidade local e, estou a lembrar-me, por exemplo, da Conferência de S. Vicente de Paulo que dá muito apoio a quem dele necessita, imigrantes ou não de etnias ou não...

Entrevistadora: Há alguma preocupação na comunidade riomariorense em colocar-se na posição do outro. Sou de Rio Maior e acho que é uma cidade com um percurso de décadas como conservador, mas é interessante que nestas situações é muito moderno. Talvez por influência do Centro de Educação especial “O Ninho” que há muitos anos aqui se encontra e se apresenta como uma instituição aberta.

Ana Figueiredo: De facto é uma instituição que as pessoas sentem como sua. O Centro de Educação Especial é uma instituição de portas abertas.

Entrevistadora: O cidadão comum, tal como tem atenção para com aquela população específica – vemo-los serem acarinhados nas ruas – e a população deve, de alguma forma transpor esse sentimento para outros, nomeadamente as minorias, pois é algo que me parece evidente aqui, em Rio Maior. É curioso. Eu acho que é um sinónimo de maturidade.

Ana Figueiredo: A própria Conferência que referi, tem um papel muito importante, localmente e a sua organização permite que seja muito bem recebida pela população em geral. E essa mesma população, quando chamada a ajudar, ajuda. Somos todos muito egoístas, vivemos num mundo de portas fechadas, mas aqui, em Rio Maior felizmente, ainda temos disponibilidade para ajudar o próximo. Tem muito a ver ainda com as características rurais. O concelho e a cidade são rurais.

Entrevistadora: parte da cultura. É bom! Continuando e falando da comunicação social, aqui no concelho a comunicação que a Autarquia faz, quer formal, quer informal, como é que procura comunicar esta questão das minorias, da integração,... das pessoas que temos no nosso concelho, dos programas que a Câmara coloca em ação,... do trabalho com as escolas,.. que espécie de comunicação sai para a comunidade? Propositada ou casual?

Ana Figueiredo: Parece-me que essa informação é mais informal. Também através da Biblioteca, dos meios informáticos disponíveis. Naquelas datas marcantes que existem a nível nacional e internacional, os vários sectores da Câmara assumem um papel e divulgam-no. Por exemplo: a semana da Solidariedade não é mais do que envolvermo-nos no apoio às minorias ou a alguns grupos da nossa sociedade mais carenciados ou que precisam mais da nossa atenção. Os idosos também, que não sendo uma minoria, mas que também são alvo das nossas atenções. A Câmara promove atividades junto dos Centros de dia e dos lares de idosos. As escolas também fazem o seu papel e comunicam-no informalmente e que transparece formalmente através dos meios informáticos: facebook, por onde promovem as suas atividades. Estão muito abertas e algumas delas têm ligações específicas a instituições locais. O centro de Educação Especial tem, por exemplo, parcerias com os dois agrupamentos e tem técnicos a trabalhar diretamente nas escolas. O mesmo Centro, através do CLDM faz um trabalho direto com as populações, com a ação social, com as nossas escolas. Conseguem ter uma rede muito bem orquestrada no âmbito do nosso concelho. A própria Misericórdia, com o projeto Feliz, tem agora uma boa intervenção local. Agora se me questiona se a Câmara enquanto instituição divulga o que faz... quando é necessário fá-lo. Agora que faça disso bandeira, não o faz. É uma questão de opção. Por outro lado, a exposição das situações pode

ter várias leituras: exploração das situações familiares, aproveitamento político... A divulgação é importante, mas a descrição pelos problemas do próximo também são importantes.

Entrevistadora: A divulgação é útil, até para as pessoas terem conhecimento de como podem solicitar ajuda.

Ana Figueiredo: Sim, é. Mas aí basta a informal. Confesso a minha ignorância em relação à utilidade ou não de uma informação mais formal... confesso não me sei pronunciar...

Entrevistadora: Quanto à participação da Câmara Municipal na gestão escolar é uma medida muito positiva!

Ana Figueiredo: É e amplamente divulgada. A minha forma de ver as coisas e de estar na vida, não me permite estar aqui a “embandeirar em arco”. As coisas fazem-se e quer queiramos quer não elas divulgam-se, falam por si. Enquanto cidadão comum, nós todos temos um defeito: estamos um bocadinho alheados de como os procedimentos se fazem. Há uma certa ignorância de todos nós de como se processa um determinado assunto, quem é responsável e porquê. Todos pensamos e falamos, mas existe alguma falta de conhecimento generalizado de como e a quem recorrer, só procuramos quando precisamos e aí, informamo-nos e a informação está disponível. Não sei se respondi à sua questão...

Entrevistadora: Sim, sim, muito obrigada. Não venho com nada pré-estabelecido, completamente aberta às opiniões. Outra questão que queria colocar: esta perspetiva de trabalho obedece a algumas diretrizes, a alguns normativos? Existe alguma legislação em termos do que deve ser feito numa cidade, em termos inclusivos? Há alguma coisa a nortear o trabalho, em termos superiores (vá), ou não?

Ana Figueiredo: Há competências transferidas para os municípios, em termos de inclusão. Quando nós falamos numa ação social, estamos a falar de inclusão, por exemplo. Agora há medidas locais que se podem tomar e que têm a ver com a realidade do concelho e que partem da nossa iniciativa, consoante as necessidades que surgem.

Entrevistadora: Acha que deveria existir alguma orientação, em termos legislativos, ou não se justifica?

Ana Figueiredo: Não. Não se justifica. As iniciativas locais, em princípio são positivas, se são em benefício da comunidade. Penso que em todas as Câmaras municipais há sensibilidade para acudir e incluir as minorias. Em termos globais, custa-me a crer que haja Câmaras que não

tenham de todo esta sensibilidade. As pessoas vivem cada vez mais para si e para os seus, então terão de ser cada vez mais as instituições a ajudar. Até porque o futuro é cada vez mais constituído por minorias, dá-me a parecer. Cada vez será maior o investimento na dimensão humana, sem resultados a curto prazo, mas que cada vez mais é necessário. É um investimento, por vezes quase invisível e algo ingrato, exatamente por os resultados advirem a médio e longo prazo.

Entrevistadora: Continuando, em termos de hierarquia, na Câmara Municipal, quais são os responsáveis por estas questões? Existem responsabilidades repartidas, em termos de inclusão?

Ana Figueiredo: Nos Vereadores, tudo isto está bem definido. A inclusão é meu pelouro, porque está diretamente relacionada com as escolas e, confesso que é a minha sensibilidade e onde eu tenho também mais base para fundamentar as decisões. A ação social por exemplo está com a Senhora Presidente. São aspetos que estão interligados. Quanto a mim, é certo, que não podemos olhar uma educação sem ação social, nem uma ação social sem educação. Há vasos comunicantes e tem mesmo de ser assim. Cada vez mais, hoje em dia, toda e qualquer espécie de intervenção tem de assentar nessa premissa dos vasos comunicantes. Temos caído no erro nos contradizermos, de desfazer no que os outros fazem, desbaratar esforços e recursos humanos e financeiros quando a aposta e o sucesso está na complementaridade. Temos diferentes responsáveis nos diferentes sectores.

Entrevistadora: Estamos a aproximar-nos do final das minhas questões. Tem sido uma conversa muito agradável e estou agora a tentar organizar o que nos falta falar. Por exemplo: o que acha que falta fazer, neste âmbito?

Ana Figueiredo: Nunca nada está concluído. A nível de educação, ainda há muito para fazer nas aprendizagens das nossas turmas e jovens. Não estou a falar de uma aprendizagem formal, de conteúdos. Essa faz-se, está estudada, é mensurável. Falo a nível de uma aprendizagem informal, acho que há muito para fazer. Até enquanto cidadãos e enquanto formação dos cidadãos. Nós insistimos junto das nossas camadas mais jovens, da nossa comunidade local para formar jovens completos. Parece-me que hoje em dia, muito jovens não são completos, ao nível da formação. Não me interprete mal. Porque há uma grande discrepância entre os nossos deveres e os nossos direitos. Há uma grande confusão nas cabeças de muitos dos nossos jovens e isso depende das aprendizagens informais, bem como o sentido de pertença, que é muito importante, bem como o sentido de responsabilidade.

Entrevistadora: Como é que isto se pode elencar nesta questão das minorias?

Ana Figueiredo: Ao terem instituições e serviços a trabalhar para eles, faz com que eles se sintam parte integrante. Cada vez mais querem saber o que se passa e como se passa, até para benefício próprio, como é lógico. Tal como a comunidade cigana faz, está muito bem integrada, conhece todos os seus direitos, às vezes esquecesse dos deveres..., claro que nunca é um trabalho acabado. Não só eles que se integram, nós também temos de aprender a integrá-los e a recebê-los e a respeitá-los, assim como eles nos devem respeitar. Aqui há uma simbiose, e tem que ser assim. Não somos nós que temos que dar tudo, não são eles que têm que receber tudo, tem que haver um meio termo.

Entrevistadora: Este trabalho da inclusão o que é que a Ana acha que são os obstáculos, o que faz travar o caminho, vamos lá? Quer seja em termos de sensibilidades, quer seja em termos de mentalidade das pessoas? Recursos humanos... Em termos globais de políticas, estratégias... locais nacionais... quais são mesmos os obstáculos segundo a sua perspectiva?

Ana Figueiredo: Para estas coisas da inclusão serem mesmo bem conseguidas parece-me que é da parte da minoria, que muitas vezes é o próprio obstáculo. Os factores culturais, religiosos e étnicos. É o que há pouco falámos. Conhecem muito bem os direitos, mas os deveres, onde estão? A própria minoria constitui-se como o próprio obstáculo. Por outro lado e a nível de política do país, do governo, parece-me que regredimos um pouco. Existem diretrizes legislativas que neste momento impedem uma maior abertura para o outro, a lei é cega.

Entrevistadora: Relativamente aos nossos jovens com NEE?

Ana Figueiredo: E agora que fazer? Isso é uma estrutura que, voltando um bocadinho atrás ... não existe inclusão pura e dura. Andam na escola, e depois chegados ao fim, o que vamos fazer? Aí partimos para a clausura ...

Entrevistadora: É complicado e é interessante que todos os entrevistados tiveram como resposta comum, todos eles, que fazem disto uma obrigação moral. Lá está, como não há nada superior que oriente, é porque “tem que ser” o diretor da escola Superior de Desporto dizia: “eu faço isto porque entendo que sim, que devo, mas outro diretor das outras escolas, será que faz, será que não faz? Ninguém o obriga”. Foi um conjunto de entrevistas muito interessante e todos com uma perspetiva muito positiva em relação ao trabalho dentro do concelho. Gostei muito, por acaso, não ia com nenhuma ideia pré-concebida e foi muito interessante e gratificante.

Ana Figueiredo: Eu acho que na nossa comunidade de Rio Maior, que é a que conhecemos melhor, a grande mais valia é que as diferentes instituições conseguem sentar-se todas à mesa, dão a cara e definem estratégias. Isso é muito bom.

Entrevistadora: Falámos sobre os obstáculos. Facilitadores?

Ana Figueiredo: Exatamente o que há pouco falámos: as diferentes instituições conseguem sentar-se à mesa, dão a cara, apresentam as dificuldades e procuram soluções. Todo o suporte social que se conseguir para muitos destes casos são muito importantes.

Entrevistadora: A questão das parcerias locais também tem um papel importante e a sua intervenção no terreno.

Ana Figueiredo: Sim, sim. Os parceiros trabalham no terreno de igual para igual. É sempre avaliado qual é o contributo que cada instituição pode dar. Depois faz-se a gestão e parte-se para a intervenção, dentro daquilo que é o trabalho de cada um para contribuir para...

Entrevistadora: É um trabalho interessante e de salientar que as direções são todas experientes. Estão já há uns anos nos cargos.

Ana Figueiredo: As direções são pessoas e pessoas sensíveis a estas problemáticas. Não há nada como ter a porta aberta e uma vontade de dialogar. Chega-se à altura da formalização de qualquer objetivo, facilmente nos sentamos à mesa. Facilmente estamos disponíveis para ajudar e dialogar.

Entrevistadora: Mais algum facilitador que gostasse de mencionar?

Ana Figueiredo: De momento parece-me que este é muito positivo, além da enorme sensibilidade existente da parte das pessoas. Temos uma população aberta. As instituições pouco fazem sem a envolvimento da própria comunidade.

Entrevistadora: Direta, ou indiretamente toda a gente tem contacto com as escolas. O facto das escolas solicitarem e alertarem para estas necessidades, também vai apurar mais sensibilidades... As escolas evoluem e ganham maturidade a este nível, e a comunidade também cresce e evolui, naturalmente.

Bem, últimas questões: qual é que acha que é a perceção que o cidadão, comum de Rio Maior, tem perante estas questões? Da inclusão? Das minorias? Do trabalho das escolas? A maior parte das vezes não se apercebem das questões demasiado formais...

Ana Figueiredo: Penso que o cidadão tem noção do que as escolas fazem é muito importante. Têm a noção de que os serviços funcionam e de que as minorias existem. Existem e muito diversificadas. Se falamos de minorias portadoras de deficiência há uma sensibilidade generalizada e aí é indiscutível que toda a gente tenta fazer o melhor, que por acaso lhe seja solicitado. Se falamos de minorias étnicas, nomeadamente da etnia cigana, a população tem uma visão diferente e que é resultado de que eles são ajudados em tudo e não querem ajudar em nada, conhecem muito bem os seus direitos mas não reconhecem os seus deveres. Aí parece-me que a própria população, muitas vezes critica as instituições ao sentirem-se preteridas em função dessas minorias. Relativamente aos imigrantes, nunca senti da parte da população algum obstáculo. Neste momento quem está, está e é parte integrante e os riomaiorenses consideram-no como tal.

Entrevistadora: Ana, muito obrigada. Dentro desta temática do concelho, da educação, da inclusão, há alguma coisa que queira acrescentar? Para concluirmos a nossa conversa.

Ana Figueiredo: A aprendizagem informal. A formação era muito importante ao nível da cidadania. Deveríamos promover mais este tipo de aprendizagens nas escolas.